



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**PREGÃO ELETRÔNICO – EXECUÇÃO DE SERVIÇO NÃO CONTINUADOS
RITO DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021**

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23/3000-0001591-6

CONDIÇÕES GERAIS DE LICITAÇÃO – ÍNDICE

1. DO OBJETO
2. DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL
3. DA DATA E DO HORÁRIO DA LICITAÇÃO
4. DA PARTICIPAÇÃO
5. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE
6. DO CREDENCIAMENTO
7. DA PROPOSTA DE PREÇOS
8. DA OPERACIONALIZAÇÃO DA SESSÃO ELETRÔNICA
9. DA REFERÊNCIA DE TEMPO
10. DA ABERTURA DA PROPOSTA E DA ETAPA COMPETITIVA: MODO ABERTO
11. DA NEGOCIAÇÃO
12. DA ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
13. DA HABILITAÇÃO
14. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS
15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
16. DO TERMO DE CONTRATO
17. DA AUTORIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO
18. DA ENTREGA DO OBJETO
19. DO RECEBIMENTO DO OBJETO
20. DO PAGAMENTO
21. DO REAJUSTE
22. DA FONTE DE RECURSOS
23. DAS OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO
24. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO
25. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
26. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

ANEXOS

ANEXO I – FOLHA DE DADOS

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO

ANEXO IV – AUTORIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO – AES



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ANEXO V – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

ANEXO VI – ANÁLISE CONTÁBIL DA CAPACIDADE FINANCEIRA DE LICITANTE

ANEXO VII – SEGURO GARANTIA PARA CONSTRUÇÃO, FORNECIMENTO OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (MODELO)

CONDIÇÕES GERAIS DE LICITAÇÃO – CGL

A Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, criada pela Lei Complementar nº 9.230/1991, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tipo menor preço por lote, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET. A presente licitação reger-se-á pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Lei nº 11.389, de 25 de novembro de 1999; Lei nº 13.706, de 6 de abril de 2011; Decreto Estadual nº 36.601, de 10 de abril de 1996; Decreto Estadual nº 42.250, de 19 de maio de 2003; Decreto Estadual nº 48.160, de 14 de julho de 2011, de 23 de maio de 2023, Decreto Estadual nº 57.037, de 23 de maio de 2023 e pelas condições previstas neste Edital e seus anexos.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação visa contratação de prestação de **serviços não continuados sem dedicação exclusiva de mão de obra**, conforme descrito no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 1.1)** e de acordo com as condições especificadas no **Anexo II – TERMO DE REFERÊNCIA**.

2. DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL

2.1. O Edital poderá ser obtido no site www.defensoria.rs.def.br, aba Serviços– Licitações, no endereço indicado no item 2.2., através do e-mail: licitacao@defensoria.rs.def.br e também disponibilizado no Portal Nacional de Compras Públicas através do site www.gov.br/pncp/pt-br.

2.2. A licitação será realizada na forma eletrônica, por meio do endereço eletrônico www.pregaoonlinebanrisul.com.br, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação.

3. DA DATA E DO HORÁRIO DA LICITAÇÃO

3.1. Na data e horário designados no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 3.1.)** será aberta sessão pública pelo pregoeiro(a) para abertura das propostas e posteriormente para a fase de disputa.

3.2. Se na data indicada para a abertura da licitação não houver expediente na repartição, ficará esse ato transferido para o primeiro dia útil seguinte, observado o mesmo horário, desde que não haja comunicação do Pregoeiro (a) em sentido contrário.

4. DA PARTICIPAÇÃO

4.1. Respeitadas as condições normativas próprias e as constantes deste Edital, poderá participar desta licitação:

4.1.1. Pessoa jurídica legalmente estabelecida no País que esteja devidamente credenciada no Sistema do Pregão Online Banrisul, cujo objeto social seja compatível com

o objeto da licitação e que atenda a todas as exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos nos termos do item 6 deste Edital, observado o disposto no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 4.1.1.)**.

4.1.2. Consórcio, desde que previsto no **Anexo I - FOLHA DE DADOS (CGL 4.1.2.)**.

4.1.3. Cooperativas de trabalho, nas condições previstas no **Anexo I - FOLHA DE DADOS (CGL 4.1.3.)**.

4.2. Não poderá participar desta licitação ou participar da execução de contrato direta ou indiretamente o licitante enquadrado em qualquer das seguintes hipóteses:

4.2.1. Pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta ou declarado inidôneo por órgão ou entidade da Administração Pública;

4.2.2. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.2.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da contratante, ou ainda com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau na Defensoria Pública do Estado;

4.2.5. Agente público da Defensoria, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

4.2.6. O impedimento de que trata o item 4.2.1. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

4.2.7. Inscrito no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CFIL/RS;

4.2.8. Com decretação de falência, em processo de recuperação judicial ou extrajudicial; submisso a concurso de credores, em liquidação ou em dissolução;

4.2.9. Em que o proprietário, sócio ou administrador com poder de direção, preste serviços ou desenvolva projeto, possua familiar que exerça cargo em comissão ou função de confiança, na forma do art. 8º do Decreto nº 48.705/2011, na Defensoria Pública do Estado;

4.2.10. Em que o ramo de atividade não seja pertinente ou compatível com o objeto desta licitação;

4.2.11. Que conste no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça;

4.2.12. Pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

4.3. Para fins do disposto no item 4.2.5. considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

4.4. Nenhum licitante poderá participar desta licitação com mais de uma proposta por lote.

4.5. A participação na presente licitação implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do procedimento.

5. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

5.1. Os licitantes que declararem, eletronicamente, em campo próprio, quando do envio da proposta inicial, o enquadramento social que trata este item, devidamente comprovado conforme estabelece o presente Edital, terão tratamento diferenciado e favorecido nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006, de acordo com o artigo 4º da Lei 14.133/21.

5.2. A apresentação da declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte será feita na forma eletrônica bem como a declaração de que no ano-calendário de realização desta licitação ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte.

5.2.1. A ausência dessa declaração, no momento do envio da proposta, significará a desistência da microempresa e/ou de empresa de pequeno porte de utilizar-se das prerrogativas a elas concedidas pela Lei Complementar Federal nº 123/2006 e Lei Estadual nº 13.706/2011.

5.3. Consideram-se empatadas as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte que estiverem no limite de até 5% (cinco por cento) superiores à proposta melhor classificada, desde que esta não seja de microempresa ou de empresa de pequeno porte.

5.4. Ocorrendo o empate, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006, a microempresa e empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta inferior à proposta de menor preço apurada no certame, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

5.5. No caso de não adjudicação à microempresa ou à empresa de pequeno porte serão convocadas as empresas remanescentes, de mesmo enquadramento social, na ordem classificatória, para o exercício de mesmo direito, que se encontrem na situação de empate.

5.5.1. Na hipótese de não haver mais empresas de mesmo enquadramento social, o objeto da licitação será adjudicado para a empresa que originalmente apresentou o melhor lance.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar os documentos de habilitação, mesmo que estes apresentem alguma restrição relativa à regularidade fiscal, sob pena de inabilitação.

5.7. A microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentar documentos com restrições quanto à regularidade fiscal tem assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da declaração de vencedor da licitação, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para apresentar as respectivas certidões de regularidade.

5.8. A não regularização da documentação implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação da multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da proposta inicial, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

5.9. Não se aplicam os critérios de desempate previstos nos itens 5.3 e 5.4, caso a licitação se destine exclusivamente a participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

5.10. Deverá ser observado o disposto no **Anexo I - FOLHA DE DADOS (CGL 4.1.1.)** quanto ao tratamento preferencial para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte na hipótese do art. 4º, § 1º, I da Lei Federal 14.133/2021.

6. DO CREDENCIAMENTO

6.1. Os interessados em participar na presente licitação deverão estar regularmente credenciados junto ao Portal de Compras Eletrônicas do Estado, conduzido e administrado pela Subsecretaria da Administração Central de Licitações - CELIC, órgão da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, conforme preceitua o § 1º do art. 2º do Decreto nº 57.037/2023.

6.2. O credenciamento será encaminhado através do site indicado no item 2.2, ou através do site www.portaldofornecedor.rs.gov.br.

6.3. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema.

6.4. O credenciamento implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

6.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

6.6. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.7. No caso de participação de empresas em consórcio, o credenciamento e a operação do sistema eletrônico devem ser realizados pela empresa líder do consórcio.

7. DA PROPOSTA DE PREÇOS

7.1. Os licitantes deverão encaminhar proposta inicial até a data e hora marcadas para a abertura da sessão, exclusivamente no sistema eletrônico referido no item 2.2, quando se encerrará a fase de recebimento de propostas.

7.2. As propostas deverão ter prazo de validade não inferior ao disposto no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 7.2.)**, a contar da data da abertura da licitação. Se não constar o prazo de validade, entende-se do **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 7.2.)**.

7.2.1. A proposta de preços inicial deverá conter as características técnicas do serviço ofertado, indicando os materiais a serem utilizados quando solicitados e os serviços a serem prestados além do valor total e de cada serviço, podendo ser utilizado o modelo de proposta constante no **ANEXO V deste Edital**, com informações similares à especificação do Termo de Referência;

7.3. Os licitantes deverão consignar o valor da proposta já consideradas inclusas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

7.4. As propostas encaminhadas por Cooperativas de Trabalho, quando admitida a participação, não terão qualquer tipo de acréscimo para fins de julgamento.

7.5. No momento do envio da proposta, o licitante deverá prestar, por meio do sistema eletrônico, as seguintes declarações:

7.5.1. Que está ciente das condições contidas neste Edital, bem como que cumpre plenamente os requisitos de habilitação;

7.5.2. Que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua participação, conforme referido no item 4.2, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

7.5.3. Que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49, se for o caso;

7.5.4. Que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme previsto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021 (inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal);

7.5.5. Que o licitante assume o compromisso de guardar todos os documentos originais/autenticados, anexados eletronicamente ou apresentados para digitalização, se for o caso, pelo prazo de 10 (dez) anos, e apresentá-los quando requeridos pela Defensoria Pública do Estado;

7.5.6. Que os documentos anexados eletronicamente são fiéis aos originais e válidos para todos os efeitos legais, incorrendo nas sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 em caso de declaração falsa, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal;

7.5.7. Que, em sendo ME/EPP, possui ou não contratos celebrados com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte no ano-calendário de realização desta licitação, se for o caso;

7.5.8. Que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

7.5.9. Que tem conhecimento das condutas passíveis de penalidades elencadas no item 25 deste Edital e aquelas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;

7.6. As declarações mencionadas nos itens anteriores são condicionantes para a participação no Pregão.

7.7. Nos casos de emissão de declaração falsa, o licitante estará sujeito à tipificação no crime de falsidade ideológica, previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, neste Edital, e no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no presente Edital.

7.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a data e horário de abertura das propostas.

7.9. Após a abertura da sessão, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo resultante de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro(a), sujeitando-se o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

7.10. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital, que forem omissas ou apresentarem irregularidades.

7.11. O preço proposto será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.12. A subcontratação, quando admitida, será estabelecida conforme **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 7.12.)**.

7.13. A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito cumprimento do objeto deste certame será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo o licitante pleitear acréscimo após a abertura da sessão pública.

7.14. É de inteira responsabilidade do licitante obter dos órgãos competentes informações sobre a incidência ou não de tributos de qualquer natureza relativos ao objeto desta licitação, nos mercados interno e/ou externo, não se admitindo alegação de desconhecimento de incidência tributária, ou outras correlatas.

7.15. A proposta final deverá manter inalteradas as características dos serviços indicados no item 7.3 deste Edital.

7.16. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico informado no **Anexo I - FOLHA DE DADOS (CGL 2.1.)**.

8. DA OPERACIONALIZAÇÃO DA SESSÃO ELETRÔNICA

- 8.1. Os trabalhos serão conduzidos pelo pregoeiro(a), mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos no endereço eletrônico mencionado no item 2.2.
- 8.2. A participação no certame dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante credenciado, conforme item 6 deste Edital e subsequente encaminhamento da proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário estabelecidos.
- 8.3. O encaminhamento da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento das exigências de habilitação previstas neste Edital.
- 8.4. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.
- 8.5. Se ocorrer a desconexão do pregoeiro(a) durante a etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 8.6. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública da licitação será suspensa e terá reinício, com o aproveitamento dos atos anteriormente praticados, somente após comunicação expressa do pregoeiro(a) aos participantes.
- 8.7. No caso de desconexão do licitante, o mesmo deverá de imediato, sob sua inteira responsabilidade, providenciar sua conexão ao sistema.

9. DA REFERÊNCIA DE TEMPO

- 9.1. Os horários estabelecidos no procedimento licitatório observarão o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

10. DA ABERTURA DA PROPOSTA E DA ETAPA COMPETITIVA: MODO ABERTO

- 10.1. A abertura da sessão pública ocorrerá na data e na hora indicadas no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 3.1.)**.
- 10.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o pregoeiro(a) e os licitantes ocorrerá exclusivamente pelo sistema eletrônico, através de campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro(a) e os licitantes.
- 10.3. O Critério de Julgamento será conforme o **Anexo I - FOLHA DE DADOS (CGL 10.3.)**.
- 10.4. A partir da abertura das propostas, as empresas participantes terão conhecimento dos valores ofertados.
- 10.5. Durante o transcurso da sessão, os licitantes terão informações, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação do ofertante.
- 10.6. A partir do momento de início da etapa de lances, as empresas participantes poderão formular lances de menor valor, sendo informados sobre seu recebimento, com indicação de horário e valor.

10.7. Só serão aceitos novos lances cujos valores forem inferiores em relação ao último lance registrado pela própria empresa, respeitando o decremento mínimo previsto no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 10.7.)**.

10.8. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

10.9. Será permitida a apresentação de lances intermediários.

10.10. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

10.11. Não poderá haver desistência dos lances ofertados após a abertura da sessão, sujeitando-se os licitantes desistentes às sanções previstas neste Edital, salvo se decorrente de caso fortuito ou força maior, com justificativa aceita pelo pregoeiro(a).

10.12. Durante a fase de lances, o pregoeiro(a) poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

10.13. O pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

10.14. A desclassificação da proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real pelos licitantes, anexando-se cópia das propostas desclassificadas aos autos do processo licitatório.

10.15. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro(a).

10.15.1. Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

10.16. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

10.17. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

10.18. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

10.19. No caso de a sessão encerrar sem prorrogação automática, o pregoeiro(a) poderá admitir o reinício da etapa de envio de lances conforme item 10.17, mediante justificativa.

10.20. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro(a) poderá admitir o reinício da disputa aberta, conforme item 10.17, para a definição das demais colocações.

10.21. A disputa ocorrerá pelo modo aberto.

10.22. Definida a proposta vencedora, para fins de empate ficto, aplica-se o disposto no item 5 deste Edital, se for o caso.

11. DA NEGOCIAÇÃO

11.1. Após o encerramento da etapa de lances e da aplicação do empate ficto, se for o caso, o pregoeiro(a) poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, visando a que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento estabelecido, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no Edital.

11.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

12. DA ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

12.1. O pregoeiro(a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de até 1 (uma) hora, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada.

12.1.1. É facultado ao pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita pelo licitante.

12.2. A proposta final será complementada, conforme o caso, de acordo com o que está disposto no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 12.2.)**.

12.3. A proposta final deverá manter inalteradas as características dos serviços ofertados indicados no item 7.3.

12.4. A proposta de preços fará parte integrante do instrumento de contrato, como se nele estivesse transcrita.

12.5. O pregoeiro(a) verificará a proposta apresentada, e a desclassificará, motivadamente, se não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital e no art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.6. O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação solicitada, será desclassificado e estará sujeito às sanções previstas neste Edital.

12.7. O pregoeiro(a) poderá exigir a apresentação de catálogo técnico ao licitante, assim como solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da Defensoria Pública do Estado ou de terceiros, para orientar sua decisão.

12.8. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

12.9. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie expressamente à parcela ou à totalidade de remuneração.

12.10. Os preços deverão estar de acordo com os critérios de aceitabilidade estabelecidos neste Edital.

12.11. O pregoeiro(a) poderá exigir amostra do vencedor da etapa de lances, sob pena de desclassificação do licitante.

12.11.1. No caso de solicitação de amostra e não houver a entrega da mesma ou ocorrer atraso na sua entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro(a), ou havendo entrega de



amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será desclassificada.

12.11.2. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro(a) analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

12.11.3. No caso de obrigatoriedade de apresentação de amostra, o licitante deverá atender as condições estabelecidas no Termo de Referência, sob pena de desclassificação.

12.12. Na verificação da conformidade da melhor proposta apresentada com os requisitos deste Edital, será desclassificada aquela que:

12.12.1. Não atenda às exigências do ato convocatório da licitação;

12.12.2. Apresentar preços em desacordo com os critérios de aceitabilidade estabelecidos no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 12.12.2.)**;

12.13. Em caso de divergência entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso.

12.14. Havendo indicação de que a proposta apresentada seja inexequível, caberá ao pregoeiro(a) realizar as diligências para aferir a demonstração da exequibilidade da proposta, ou exigir do licitante a demonstração, sob pena de desclassificação da mesma.

12.15. Será considerada inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

12.16. Erros no preenchimento da Planilha de Custos e Formação de Preços, se houver, ou no valor dos itens que compõem o Lote não constituem motivo para desclassificação da proposta, podendo ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo pregoeiro(a), desde que não haja majoração do preço proposto.

12.17. Será vencedor o licitante que atender a íntegra do Edital e ofertar o menor preço global por lote.

12.18. A classificação dos lances apresentados, a indicação da proposta vencedora e demais informações relativas à sessão pública constarão de ata divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.

13. DA HABILITAÇÃO

13.1. Após o aceite definitivo da proposta vencedora, por convocação e no prazo definido pelo pregoeiro(a) de no mínimo 02 (duas) horas, o licitante será convocado a encaminhar eletronicamente, por meio do sistema em que foi realizada a disputa, indicado no item 2.2., os documentos de habilitação abaixo discriminados.

13.1.1. É facultado ao pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita pelo licitante.

13.2. Serão exigidos os seguintes documentos de habilitação:

13.3. Documentos Relativos à Habilitação Jurídica:

13.3.1. Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI;

13.3.2. Registro comercial, no caso de empresa individual;

13.3.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

13.3.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

13.3.5. Enquadramento como empresa de pequeno porte ou microempresa emitidos pela Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul ou Órgão equivalente de outro Estado da Federação, ou, ainda, pela forma prevista no art. 39-A da Lei Federal nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, acompanhada da declaração na forma eletrônica, quando for o caso.

13.4. Documentos Relativos à Regularidade Fiscal Social e Trabalhista:

13.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) (http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp);

13.4.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

13.4.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (<https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/servicos/certidoes/emitir-certidao>), Estadual e Municipal da sede do licitante;

13.4.4. Prova de regularidade para com a Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul independentemente da sede do licitante (<https://www.sefaz.rs.gov.br/sat/CertidaoSitFiscalSolic.aspx>);

13.4.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei (<https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>);

13.4.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) (<http://www.tst.jus.br/certidao>).

13.5. Documentos Relativos à Qualificação Técnica:

13.5.1. Comprovação de aptidão para prestação de serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado de capacidade técnica fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, quando exigível conforme disposto no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 13.5.1)**.

13.5.1.1. Os atestados deverão referir-se à execução de serviços no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

13.5.1.2. O licitante deverá comprovar que tenha prestado serviço equivalente no percentual mínimo definido no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 13.5.1)**.

13.6. Documentos Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

13.6.1. Certidão negativa de falência, apresentação de plano especial (microempresas e empresas de pequeno porte), insolvência e concordatas deferidas antes da vigência da Lei Federal nº 11.101/2005, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data prevista para o recebimento da documentação da habilitação e da proposta;

13.6.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis, inclusive Notas Explicativas, dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, acompanhado do Anexo II do Decreto nº 36.601/1996 – Análise Contábil da Capacidade Financeira de Licitante (**Anexo VI** deste Edital), ou sua substituição pelo Certificado de Capacidade Financeira de Licitantes emitido pela Contadoria e Auditoria-Geral do Estado – CAGE, disponível no site www.sisacf.sefaz.rs.gov.br quando exigível conforme disposto no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 13.6.2.)**.

13.6.2.1. É dispensada a exigência do item 13.6.2 para o Microempreendedor Individual – MEI, que está prescindido da elaboração do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis na forma do §2º do art. 1.179 do Código Civil – Lei nº 10.406/02.

13.7. Para fins do disposto no inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, declaração eletrônica de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme disposto no item 7.6.4.

13.8. Documentos Complementares para Habilitação:

13.8.1. Os documentos para habilitação serão complementados, conforme o caso, de acordo com o que está disposto no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 13.8.1.)**.

13.9. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome do licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

13.10. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa.

13.11. Tratando-se de filial, os documentos de habilitação deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

13.12. O Certificado de Fornecedor do Estado – CFE e respectivo Anexo emitido pela Central de Licitações do Estado do Rio Grande do Sul – CELIC, substituirá apenas os documentos que contemple, desde que estejam vigentes.

13.13. Todos os documentos em que se exija assinatura devem ser assinados digitalmente ou firmados e digitalizados antes de sua remessa via sistema, sendo que a entrega da

documentação física original ou autenticada fica dispensada, podendo ser solicitada a qualquer momento em prazo estabelecido pelo pregoeiro(a).

13.14. Considerando a dispensa da entrega física original ou autenticada dos documentos de habilitação, solicitamos que os documentos anexados ao sistema eletrônico na fase de habilitação sejam na ordem que consta no Edital e, preferencialmente, em apenas 01 (um) arquivo.

13.15. As certidões exigidas que não tenham prazo de validade exposto em seu corpo terão-se como válidas pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da sua emissão.

13.16. Os documentos referentes à habilitação do licitante deverão estar válidos no dia de abertura da sessão pública que solicitar a documentação.

13.17. Caso a data do julgamento da habilitação não coincidir com a da abertura da sessão que solicitou a documentação, ocorrendo a perda de validade dos documentos no transcurso da licitação e não for possível ao pregoeiro(a) verificar a sua renovação por meio de consulta a sites oficiais, o licitante será convocado a encaminhar no prazo de no mínimo 2 (duas) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

13.17.1. Convocado o licitante na forma do item 13.17, fica dispensada a comprovação de que o mesmo estava habilitado na data de abertura da sessão, considerando-se para fins de habilitação, somente a data da sua última convocação.

13.18. Quando da apreciação dos documentos para habilitação, o pregoeiro(a) procederá ao que segue:

13.18.1.1. Se os documentos para habilitação não estiverem completos e corretos, ou contrariarem qualquer dispositivo deste Edital, considerando o disposto no item 26.6, o pregoeiro(a) considerará o licitante inabilitado;

13.18.1.2. No caso de inabilitação do primeiro classificado, serão retomados os procedimentos descritos no item 11, respeitada a ordem de classificação do licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, e assim sucessivamente, até que sejam atendidas as condições do Edital.

13.19. Os licitantes remanescentes ficam obrigados a atender à convocação e a assinar o contrato no prazo fixado pela Administração, ressalvados os casos de vencimento das respectivas propostas, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de recusa.

13.20. Documentação equivalente aos exigidos nos itens anteriores, para as empresas estrangeiras

13.21. Nos casos de apresentação de documento falso, o licitante estará sujeito à tipificação nos crimes de falsidade, previstos nos artigos 297 e 298 do Código Penal Brasileiro, nos crimes previstos nos arts. 337-F e 337-I do Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e no art. 5º da Lei federal 12.846/2013, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas.

13.22. Os documentos apresentados pelo licitante que forem emitidos pela internet, ou que sejam substituídos pelo CFE, terão sua validade verificada pelo Pregoeiro(a) no momento da habilitação.

14. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

14.1. Os esclarecimentos quanto ao Edital poderão ser solicitados por qualquer pessoa ao pregoeiro(a) em até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da licitação, **EXCLUSIVAMENTE** via sistema, indicado no item 2.2.

14.2. Os pedidos de impugnações deverão ser formulados **EXCLUSIVAMENTE** via sistema, indicado no item 2.2, até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da licitação, apontando as falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

14.3. Para tanto, as licitantes deverão acessar a página eletrônica deste Pregão, preencher o formulário eletrônico, em campo destinado a esse procedimento, detalhando o pedido de esclarecimento e/ou de impugnação. Após isso, deverá enviá-lo via sistema, indicado no item 2.2.

14.4. O portal eletrônico Bannisul encaminhará aviso automático, via e-mail, noticiando ao Pregoeiro(a) eventuais registros de esclarecimentos e/ou impugnações.

14.5. O portal eletrônico Bannisul enviará e-mail automático aos licitantes que formularam pedido de esclarecimento e/ou de impugnação dando conta da resposta a essas solicitações.

14.6. Não serão aceitos pedidos de esclarecimento e/ou de impugnação apresentados por outro meio que não via portal eletrônico Bannisul, nos termos acima descritos.

14.7. O licitante que apresentar impugnação deverá encaminhar suas razões fundamentadas ao pregoeiro(a).

14.8. Caberá ao pregoeiro(a), auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do Edital, no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, decidir sobre a Impugnação.

14.9. A impugnação feita tempestivamente não impedirá o licitante de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

14.10. Acolhida a impugnação contra o instrumento convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame, quando da resposta resultar alteração que interfira na elaboração da proposta.

14.11. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer no prazo de 20 (vinte) minutos, em formulário eletrônico específico por meio do sistema indicado no item 2.2, com registro em ata da síntese das suas razões.

14.12. Será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis, contados da aceitabilidade da intenção de recorrer, para o licitante interessado apresentar suas razões fundamentadas, exclusivamente no sistema em que se realiza o certame, indicado no item 2.2, ficando os

demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

14.13. A falta de manifestação nos termos previstos neste Edital importará a decadência desse direito, ficando a autoridade competente autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

14.14. Caberá ao pregoeiro(a) receber, examinar e decidir os recursos, no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhando à autoridade competente, devidamente informado, quando mantiver a sua decisão.

14.15. A autoridade competente deverá proferir a sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento dos autos.

14.16. O recurso será conhecido pelo pregoeiro(a), se for tempestivo, se estiver fundamentado conforme as razões manifestadas no final da sessão pública, se estiver de acordo com as condições deste Edital e se atender as demais condições para a sua admissibilidade.

14.17. O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.18. Os arquivos eletrônicos com textos das razões e contrarrazões serão encaminhados eletronicamente por meio do sistema em que foi realizada a disputa, indicado no item 2.2.

14.19. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.20. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia de início e se incluirá o do vencimento.

15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto ao licitante declarado vencedor e homologará o procedimento licitatório.

16. DO TERMO DE CONTRATO

16.1. O adjudicatário terá o prazo o prazo de 5 (cinco) dias úteis, após formalmente convocado, para assinar o contrato, se houver.

16.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante a Defensoria para a assinatura do contrato, a Administração poderá encaminhar ao adjudicatário, mediante correspondência eletrônica, o termo de contrato para assinatura eletrônica avançada, conforme § 1º do art. 3º do Decreto nº 56.671, de 26 de setembro de 2022.

16.3. O prazo previsto no item 16.1 poderá ser prorrogado, por igual período, por discricionariedade da Administração ou por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

16.4. O prazo de execução constará no **Anexo II – TERMO DE REFERÊNCIA**.

16.5. A prorrogação dos prazos de execução será precedida de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo.

16.6. Previamente à contratação, será realizada consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CFIL/RS e ao Cadastro Informativo – CADIN/RS, para identificar possível impedimento relativo ao participante vencedor, cujo comprovante será anexado ao processo.

16.7. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, será facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

16.7.1.1 Caso o adjudicatário não assine o contrato, proceder-se-á à análise dos requisitos de habilitação dos licitantes remanescentes.

16.7.1.2 Os licitantes remanescentes ficam obrigados a atender à convocação, e a assinar o contrato no prazo fixado pela Administração, ressalvados os casos de vencimento das respectivas propostas, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de recusa.

16.8. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 16.7, a Administração, observados o valor estimado, poderá convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário.

16.9. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 16.8, a Administração, observados o valor estimado, poderá adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória.

16.10. Na hipótese do item 16.9, o licitante remanescente convocado fica obrigado a atender à convocação e a assinar o contrato no prazo fixado pela Administração, ressalvado o caso de vencimento da respectiva proposta, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de recusa.

16.11. Em qualquer hipótese de convocação de remanescente, proceder-se-á à análise dos requisitos de sua habilitação, conforme item 13 deste Edital.

17. DA AUTORIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO – AES

17.1. O Termo de contrato, poderá ser substituído pela Autorização de Execução de Serviço - AES, conforme modelo do **Anexo IV – AUTORIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO**.

17.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, após formalmente convocado, para assinar ou dar por recebido a Autorização de Execução de Serviço – AES.



17.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante a Defensoria para a assinatura da Autorização de Execução de Serviço – AES, a Administração poderá encaminhá-la:

17.3.1. Para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) para que seja assinado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

17.3.2. Para recebimento, através de meio eletrônico que também deverá ser dado por recebido no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do seu envio.

17.4. No caso da Contratada não retornar com a confirmação de recebimento, o prazo será iniciado com a confirmação de leitura da mensagem eletrônica.

17.5. Previamente a emissão da Autorização de Execução de Serviço – AES será realizada consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CFIL/RS e ao Cadastro Informativo – CADIN/RS, pela Defensoria, para identificar possível impedimento relativo ao participante vencedor, cujo comprovante será anexado ao processo.

17.6. Se o adjudicatário, na ocasião de emissão da Autorização de Execução de Serviço – AES, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se ao recebimento da mesma, será facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para celebração do ajuste nas condições propostas pelo licitante vencedor.

17.6.1. Caso o adjudicatário se recuse a receber a Autorização de Execução de Serviço – AES, proceder-se-á à análise dos requisitos de habilitação dos licitantes remanescentes.

17.6.2. Os licitantes remanescentes ficam obrigados a atender à convocação, e receber a Autorização de Execução de Serviço – AES no prazo fixado pela Administração, ressalvados os casos de vencimento das respectivas propostas, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de recusa.

17.7. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 17.6., a Administração, observados o valor estimado, poderá convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário.

17.8. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 17.6., a Administração, observados o valor estimado, poderá adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória.

17.9. Em qualquer hipótese de convocação de remanescente, proceder-se-á à análise dos requisitos de sua habilitação, conforme item 13 deste Edital.

17.10. O prazo para envio da Autorização de Execução de Serviço – AES será de até 20 (vinte) dias a contar da emissão da nota de empenho.

18. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS



18.1. Os serviços serão prestados conforme estabelecido no **Anexo II – TERMO DE REFERÊNCIA**.

19. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

19.1. Os serviços serão recebidos conforme estabelecido no **Anexo II – TERMO DE REFERÊNCIA**.

20. DO PAGAMENTO

20.1. O pagamento deverá ser efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal, mediante a apresentação da mesma ou da Fatura ao fiscal do contrato, devendo o documento fiscal conter o detalhamento do objeto entregue.

20.2. Para empresas que ainda não possuem conta bancária cadastrada junto ao Portal de Finanças Públicas do Estado - FPE, deverá ser enviado comprovante de dados bancários para pagamento, podendo ser cópia de folha cheque, cópia do cabeçalho do extrato bancário ou cópia do cartão da conta, caso as informações bancárias não constem da proposta da empresa.

20.3. A Contratada não poderá protocolizar a Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura antes do recebimento definitivo do objeto por parte do Contratante.

20.4. Considerando o disposto no Decreto nº 56.662/2022, as notas fiscais emitidas a partir de 1º de janeiro de 2023 deverão observar as regras de retenção para o Imposto de Renda contidas na IN RFB 1234/2012.

20.5. No documento fiscal, no Campo "retenções federais" deve constar apenas o valor do IRRF, pois o Estado não possui convênio com a União para retenção e repasse dos demais tributos federais (PIS/COFINS/CSLL).

20.6. Por tratar-se de prestação de serviço, a Contratada deverá emitir somente Nota Fiscal de prestação de serviço.

20.7. Para os fornecimentos beneficiados por isenção de ICMS com fundamento no inciso CXX, art. 9º do Decreto Estadual nº 37.699, de 26 de agosto de 1997, deverá ser feita a indicação do valor do desconto e do respectivo número do empenho no documento fiscal, conforme nota 03 do mesmo inciso.

20.8. O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da licitação e, nos casos em que a emissão for de outro estabelecimento da empresa, o documento deverá vir acompanhado das certidões negativas relativas à regularidade fiscal.

20.9. Quando o documento for de outro estabelecimento localizado fora do Estado, será exigida também certidão negativa relativa à Regularidade Fiscal junto à Fazenda Estadual do Rio Grande do Sul independente da localização da sede ou filial do licitante vencedor.

20.10. Na fase da liquidação da despesa, deverá ser efetuada consulta ao CADIN/RS para fins de comprovação do cumprimento da relação contratual estabelecida nos termos do disposto no artigo 92, inciso XVI, da Lei Federal nº 14.133/2021.

20.10.1. Constatando-se situação de irregularidade da Contratada junto ao CADIN/RS, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, de acordo com o Decreto nº 36.888/1996.

20.10.2. Persistindo a irregularidade, a Contratante poderá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

20.11. A Contratante poderá reter do valor da fatura da Contratada a importância devida, até a regularização de suas obrigações contratuais.

21. DO REAJUSTE

21.1. O contrato será reajustado, conforme disposto na Cláusula Oitava da Minuta do Contrato.

21.2. . A data base de elaboração do orçamento estimado é aquela disposta no Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 21.2.).

22. DA FONTE DE RECURSOS

22.1. As despesas decorrentes do contrato objeto desta licitação correrão por conta de recurso orçamentário previsto no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 22.1.)**.

23. DAS OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO

23.1. O adjudicatário deverá atender às obrigações previstas na Cláusula Décima da Minuta de Contrato e as demais obrigações específicas ao objeto contratual estabelecidas no **Anexo II – TERMO DE REFERÊNCIA**.

24. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

24.1. A garantia, se exigida, poderá ser solicitada conforme disposto no **Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 24.1)**.

25. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

25.1. Das Infrações Administrativas

25.1.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o participante ou o contratado que:

25.1.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

25.1.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

25.1.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

25.1.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

25.1.1.5. Não mantenha a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

- 25.1.1.6. Não celebre o contrato ou não entregue a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 25.1.1.7. Enseje o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação, sem motivo justificado;
- 25.1.1.8. Apresente declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou preste declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 25.1.1.9. Fraude a licitação ou pratique ato fraudulento na execução do contrato;
- 25.1.1.10. Comporte-se de modo inidôneo ou cometa fraude de qualquer natureza;
- 25.1.1.11. Pratique atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 25.1.1.12. Pratique ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

25.2. Do Processo Administrativo e das Sanções Administrativas

25.2.1. A aplicação de quaisquer das penalidades aqui previstas realizar-se-á em processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021, e, subsidiariamente, na Lei nº 15.612, de 6 de maio e 2021.

25.2.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, as seguintes sanções:

25.2.2.1. Advertência, para a infração prevista no item subitem 25.1.1.1., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

25.2.2.2. Multa, nas modalidades:

25.2.2.2.1. Compensatória, de 0,5% até 5% sobre o valor do contrato, para as infrações previstas no item 25.1.1.1., 25.1.1.4., 25.1.1.5 e 25.1.1.6.

25.2.2.2.2. Compensatória de 0,5% até 10% sobre o valor do contrato para as infrações previstas no item 25.1.1.2.

25.2.2.2.3. Compensatória de 0,5% até 20% sobre o valor do contrato para as infrações previstas nos itens 25.1.1.3. e 25.1.1.8

25.2.2.2.4. Moratória de até 0,5% sobre o valor do contrato por dia de atraso, até o limite de 30 (trinta) dias, para as infrações previstas no item 25.1.1.7.

25.2.2.2.5. Compensatória de 0,5% até 30% sobre o valor da proposta ou contrato nas infrações previstas nos itens 25.1.1.9., 25.1.1.10., 25.1.1.11. e 25.1.1.12.

25.2.2.3. Impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 2 (dois) anos, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado do Rio Grande do Sul, para as infrações previstas nos itens 25.1.1.2. e 25.1.1.5, 25.1.1.6. e 25.1.1.7., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

25.2.2.4. Impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 3 (três) anos, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado do Rio Grande do Sul, para as infrações previstas nos itens 25.1.1.3 e 25.1.1.8.

25.2.2.5. Impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até um ano, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado do Rio Grande do Sul, para as infrações previstas no item 25.1.1.4.

25.2.2.6. Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar, para as infrações previstas nos itens 25.1.1.8., 25.1.1.9., 25.1.1.10., 25.1.1.11., 25.1.1.12.

25.2.2.7. A Declaração de Inidoneidade será aplicada ainda aos casos concretos que justifique a imposição de penalidade mais grave que a sanção de Impedimento de Licitar e Contratar para os casos previstos nos itens 25.1.1.2., 25.1.1.3., 25.1.1.4., 25.1.1.5., 25.1.1.6 e 25.1.1.7.

25.3. Da Aplicação das Sanções

25.3.1. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

25.3.2. A aplicação de sanções não exime o participante ou o contratado da obrigação de reparar os danos, perdas ou prejuízos que venha a causar a Defensoria.

25.3.2.1. O valor previsto a título de multa compensatória será tido como mínimo de indenização devida à título de perdas e danos.

25.3.2.2. A multa de mora poderá ser convertida em multa compensatória, quando a primeira não se revelar suficiente, sem prejuízo da aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Edital.

25.3.3. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

25.3.4. O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no instrumento, poderá ser extinto unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados nos incisos do caput do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

25.3.5. As sanções previstas neste item não elidem a aplicação das penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme o disposto no seu art. 30 ou nos arts. 337-E a 337-P, Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

25.3.6. Serão reputados como inidôneos atos como os descritos nos arts. 337-F, 337-I, 337-J, 337-K, 337-L e no art. 337-M, §§ 1º e 2º, do Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

25.3.7. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade levam à inclusão do participante no CFIL/RS.

25.4. Da Execução da Garantia Contratual

25.4.1. O valor da multa poderá ser descontado da garantia contratual, se houver.

25.4.2. Se a multa for de valor superior ao da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo contratante.

25.4.3. Se os valores da garantia e das faturas forem insuficientes, fica o contratado obrigado a recolher a diferença devida, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.



25.4.4. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo contratado ao contratante, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa não tributária.

25.4.5. Caso o valor da garantia seja utilizado, no todo ou em parte, para o pagamento da multa, essa deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias, contado da solicitação do contratante.

25.4.6. Em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

26. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

26.1. As atas serão geradas eletronicamente após o encerramento da sessão pública pelo pregoeiro(a).

26.2. Nas atas da sessão pública, deverão constar os registros dos licitantes participantes, das propostas apresentadas, da análise da documentação de habilitação, das manifestações de intenção de interposição de recursos, se for o caso, do respectivo julgamento dos recursos, e do vencedor da licitação.

26.3. Os demais atos licitatórios serão registrados nos autos do processo da licitação.

26.4. O licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital, pois a simples apresentação da proposta o vincula de modo incondicional ao competitivo.

26.5. A falsidade de qualquer documento ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do licitante que o tiver apresentado, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

26.6. No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

26.7. É facultado ao pregoeiro(a) ou à autoridade superior convocar os licitantes para quaisquer esclarecimentos necessários ao entendimento de suas propostas.

26.8. As informações, atas e relatórios pertinentes à presente licitação serão disponibilizados no site referido no item 2.2., sem prejuízo às informações prestadas ao Portal Nacional de Contratações Públicas.

26.9. O contratado deverá conceder livre acesso aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao objeto da licitação, para os servidores da Defensoria e dos órgãos de controle interno e externo.

26.10. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

26.11. O presente Edital, bem como a proposta vencedora, fará parte integrante do instrumento de contrato, como se nele estivessem transcritos.



26.12. O contratado está sujeito a observação e cumprimento de todas as cláusulas previstas na **MINUTA DE CONTRATO – Anexo III**, mesmo na hipótese de sua substituição **PELA AUTORIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO - AES – Anexo IV**.

26.13. A Defensoria poderá anular ou cancelar a licitação, total ou parcialmente, sem que disso resulte para o proponente direito a qualquer indenização ou reclamação.

26.14. Aplicam-se aos casos omissos as disposições constantes na Lei Federal nº 14.133/2021.

26.15. Prevalerão as disposições deste Edital, em caso de divergência com as demais peças que compõem o processo.

26.16. Os prazos previstos neste Edital iniciam e expiram exclusivamente em dia de expediente na Defensoria Pública do Estado.

26.17. Fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas a este Edital ou aos seus anexos.

26.18. Integram este Edital, ainda, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

ANEXOS

ANEXO I – FOLHA DE DADOS

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO

ANEXO IV – AUTORIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO – AES

ANEXO V – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

ANEXO VI – ANÁLISE CONTÁBIL DA CAPACIDADE FINANCEIRA DE LICITANTE

ANEXO VII – SEGURO GARANTIA PARA CONSTRUÇÃO, FORNECIMENTO OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (MODELO)

Porto Alegre, 22 de fevereiro de 2024.

Autoridade Competente



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ANEXO I - FOLHA DE DADOS

Cláusula das Condições Gerais de Licitação (CGL)	Complemento ou Modificação
CGL 1.1.	Contratação de empresa especializada para o FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PAREDES DE GESSO ACARTONADO PARA A NOVA SEDE DA DEFENSORIA REGIONAL DE LAJEADO, de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência.
CGL 3.1.	Data: 07.03.2024 Horário de abertura das propostas: 13:00 Horário do início da disputa: 14:00
CGL 4.1.1.	Participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte.
CGL 4.1.2.	Não será permitida a participação de Consórcio
CGL 4.1.3.	Será permitida a participação de Cooperativas. Para fins de habilitação, as Cooperativas de Trabalho deverão apresentar os seguintes documentos, em conjunto com aqueles previstos no item 13 deste Edital, no que couber: a) Relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§ 2º a 6º da Lei nº 5.764/1971; b) Declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, de cada um dos cooperados relacionados; c) Comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço; d) Registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764/1971; e) Comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e f) Documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: I - ata de fundação; II - estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; III - regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia que os aprovou; IV - editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; V- três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

	<p>VI- Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;</p> <p>g) A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764/1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.</p>
CGL 7.2.	A proposta terá prazo de validade de 60 (sessenta) dias. (mediante justificativa fundamentada, dadas as condições de execução do serviço, este prazo pode ser alterado)
CGL 7.12.	Não será permitida a subcontratação.
CGL 10.3.	Critério de Julgamento: MENOR PREÇO.
CGL 10.7.	Intervalo percentual mínimo entre lances: 0,1%.
CGL 12.2.	Não aplicável.
CGL 12.12.2	Não aplicável.
CGL 13.5.1.	Será exigida a apresentação de atestado de capacidade técnica.
CGL 13.6.2.	Não será exigida apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis.
CGL 13.8.1.	Não aplicável.
CGL 21.2.	31-08-2023
CGL 22.1.	<p>Unidade Orçamentária: 30.01</p> <p>Instrumento de Programação: 6391</p> <p>Natureza da Despesa: NAD: 3.3.90.39.3930</p> <p>Recurso: 0011</p>
CGL 24.1.	Não será solicitada garantia de execução.



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETIVO:

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para o FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PAREDES DE GESSO ACARTONADO PARA A NOVA SEDE DA DEFENSORIA REGIONAL DE LAJEADO, de acordo com as especificações contidas neste Termo de Referência.

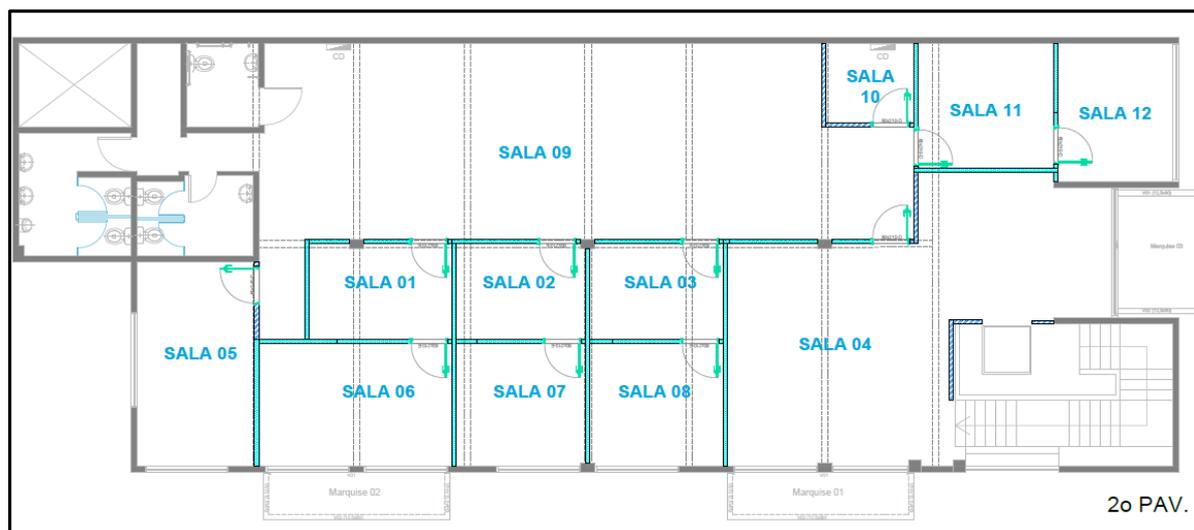
2. JUSTIFICATIVA:

Necessidade de prover infraestrutura adequada à reforma e reestruturação da Sede da Defensoria Regional de Lajeado, determinada pela Administração da DPE, visando melhoria nas condições de trabalho da equipe e nas condições de acolhimento e atendimento dos assistidos.

3. CARACTERÍSTICAS DO OBJETO:

Conjunto de serviços compostos por fornecimento, instalação e acabamento de paredes de gesso acartonado, resultando na divisão e vedação dos ambientes propostos no projeto, incluindo a instalação da rede seca (eletrodutos) para a passagem de rede elétrica.

As especificações de materiais e acabamentos devem atender ao disposto neste documento. A execução deverá seguir o projeto anexo, cujos documentos componentes estão listados ao final deste Termo de Referência.



3.1. Fornecimento e instalação de paredes em gesso acartonado com isolamento acústico, e=10cm, incluindo instalação de rede seca para elétrica e reforços para instalação de ar condicionado

Fornecer e instalar paredes em gesso acartonado, resultando em parede com espessura final de 10cm, configuração conforme indicado no projeto.

O fornecimento inclui a instalação, interna às paredes, da rede seca para passagem de fiação elétrica, com as respectivas caixas de passagem e conexão, conforme projeto anexo. O material para a execução da rede seca será fornecido pela Defensoria, sendo escopo desta contratação apenas a instalação do mesmo, assim como o recorte e fixação das caixas de passagem no interior das paredes. A posição das caixas está indicada no projeto anexo, nas vistas das paredes de cada sala e nas plantas geral e específica das salas.

O fornecimento também inclui o reforço da estrutura das paredes nos trechos onde houver passagem das linhas de gás e dreno do ar condicionado. **Estas tubulações serão instaladas pelas equipes da Defensoria, durante a instalação das paredes.** A coordenação entre as duas equipes será realizada por coordenador da equipe da Defensoria Pública, presente na obra durante a execução dos serviços.

Guias e montantes da estrutura dos painéis deverão ter dimensões apropriadas e suficientemente rígidas para suportar os esforços oriundos das dimensões do painel. Fixar montantes no piso e no teto com espaçamento médio de 60cm, com parafusos e buchas 6mm (mínimo); se for o caso, colocar contraventamentos para garantir a estabilidade do conjunto. Os montantes das placas poderão ser fixados na laje de forro do ambiente e no piso existente.

Fixar as chapas de gesso em ambas as faces da parede na estrutura de perfis de chapa zincada, guias e montantes simples, conforme instruções do fabricante. A fixação dos painéis deverá ser feita conforme as indicações do fabricante. Entre as chapas, instalar e fixar painéis de isolamento acústico em lã de pet, lã de vidro ou lã de rocha, em toda a altura e toda a extensão da parede. Atenção: o material de isolamento acústico deverá ser enquadrado na Classe II-A conforme IT-10 do CBMSP, comprovado por apresentação de catálogo técnico a Fiscalização, antes da instalação.

Instalar rede seca, composta por eletrodutos corrugados flexíveis e caixas de passagem embutidas, no interior das paredes, seguindo o projeto fornecido pela DPE. Todos os locais onde houver caixas de passagem de elétrica devem ser recortados e adequadamente acabados, para posterior instalação dos espelhos pela equipe da Defensoria. As caixas de passagem devem ser posicionadas na altura e posição indicados no projeto.

Nos locais onde indicado, prover as paredes dos vãos para esquadrias, nas dimensões indicadas em planta. Os vãos das esquadrias deverão ter acabamento em chapas de gesso acartonado em todo seu requadro, com acabamento com fita microperfurada e massa na junção de topo das chapas.

Aplicar fita de papel microperfurada sobre as juntas das placas, e após aplicação de massa de rejuntamento. Após secagem dar acabamento com nova aplicação de camada de massa, fina e alisada com desempenadeira metálica.

Unidade de medição: por metro quadrado instalado e acabado, para serviços concluídos e aprovados pela Fiscalização.

3.2. Fornecimento e instalação de reforço nas paredes de gesso para fixação de equipamentos

Onde indicado em projeto, instalar reforço interno nas paredes de gesso para instalação de unidades internas (evaporadoras) de ar condicionado split. Utilizar sistema indicado pelo fabricante.

Unidade de medição: por unidade instalada, para serviços concluídos e aprovados pela Fiscalização.

3.3. Fornecimento e aplicação de fundo preparador em superfícies de gesso

Em todas as superfícies de gesso, aplicação de fundo preparador selador acrílico, referência Suvinil ou similar. Aplicar após a completa montagem das paredes e aplicação da fita e massa sobre as juntas das placas.

Unidade de medição: por metro quadrado, para serviços concluídos e aprovados pela Fiscalização.

3.4. Fornecimento e aplicação de massa corrida sobre superfícies de gesso

Após acabamento das juntas e aplicação do fundo preparador, aplicar de massa corrida para gesso marca Suvinil ou similar, conforme instruções do fabricante, resultando em conjunto com apresentação uniforme e íntegra, sem percas da união dos painéis. Massa Corrida PVC, referência Suvinil ou similar. Após a aplicação, lixamento obrigatório de todas as superfícies.

Unidade de medição: por metro quadrado, para serviços concluídos e aprovados pela Fiscalização.

3.5. Fornecimento e instalação de rodapé em madeira, sem pintura

Rodapés em madeira maciça tratada, sem verniz, medidas aproximadas de altura 7 cm e espessura aproximada de 1,4 cm; borda superior boleada. Aplicação em toda a extensão das paredes de gesso instaladas, em ambas as faces. Fixação por parafusos e cola, conforme instruções do fabricante. Acabamento nos ângulos internos e externos das paredes com recorte a 45°.

Unidade de medição: por metro linear, para serviços concluídos e aprovados pela Fiscalização.

3.6. Planilha Descritiva:

Nº	NOME ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT TOTAL
01	Fornecimento e instalação de paredes em gesso acartonado e=10cm, com vãos			
1.1	Fornecimento e instalação de paredes em gesso acartonado com isolamento acústico, e=10cm	Conforme item 3.1 deste Termo de Referência	m2	158,25
1.2	Fornecimento e instalação de paredes em gesso acartonado sem isolamento, e=10cm	Conforme item 3.1 deste Termo de Referência	m2	41,55
1.3	Instalação de rede seca (eletrodutos flexíveis e caixas de passagem) no interior de paredes de gesso, conforme projeto anexo	Conforme item 3.1 deste Termo de Referência	conj	1,00

02	Fornecimento e instalação de reforço nas paredes de gesso para fixação de equipamentos	Conforme item 3.2 deste Termo de Referência	unid	9,00
03	Fornecimento e aplicação de fundo preparador em superfícies de gesso	Conforme item 3.3 deste Termo de Referência	m2	399,60
04	Fornecimento e aplicação de massa corrida sobre superfícies de gesso	Conforme item 3.4 deste Termo de Referência	m2	399,60
05	Fornecimento e instalação de rodapé em madeira, sem pintura	Conforme item 3.5 deste Termo de Referência	m linear	110,10

4. LOCAL, PRAZO E HORÁRIO

4.1. O licitante vencedor da licitação deverá realizar o fornecimento dos materiais e serviços, nas quantidades e condições estabelecidas neste Termo de Referência, realizando a instalação no local abaixo especificado.

4.1.1. Endereço de entrega e montagem:

R. Júlio de Castilhos, 478 – Centro
Município de Lajeado - RS

4.1.2. Horário:

Acessos e transportes com veículos grande porte: mediante autorização da Prefeitura e/ou órgão de trânsito do Município.

Execução da montagem in loco: 8:00h às 18:00h.

Procedimentos que requeiram inspeção da Fiscalização: mediante agendamento prévio, sempre em dias úteis.

4.2. Será emitida pela Administração da Defensoria ao licitante vencedor, por ocasião do acionamento, a Autorização de Fornecimento, constando a quantidade de unidades a serem fornecidas e os dados gerais do contrato ou documento equivalente. Nesta ocasião, inicia-se imediatamente a contagem do prazo previsto no subitem 4.3 para fornecimento do objeto desta licitação.

4.3. O fornecimento e montagem completos do objeto deve ocorrer nos seguintes prazos:

4.3.1. O prazo de fornecimento total do objeto caracterizado pela entrega dos itens especificados neste termo de Referência, será de 20 dias corridos, contados da emissão da Ordem de Fornecimento.

4.4. A entrega e montagem deverão ser realizadas no horário e nos dias estabelecidos no item 4.1. Excepcionalmente, a critério da Fiscalização e da administração da Defensoria, poderão ser facultados horários diferenciados, mediante solicitação antecipada e devida justificativa.

4.5. As entregas, montagens críticas e instalações SEMPRE deverão ser previamente agendadas com a Fiscalização da Administração, na pessoa que assina a Autorização de Fornecimento.

5. RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1. O objeto será recebido pela Defensoria nos termos de Recebimento Provisório e Recebimento Definitivo contidos na Legislação vigente no momento da publicação do Edital.

5.2. O prazo de recebimento provisório após a entrega e finalização da montagem nos locais e condições indicados neste documento e constatação do atendimento dos requisitos técnicos deste Termo de Referência será aquele determinado na Legislação vigente no momento da publicação do Edital.

5.3. O prazo de recebimento definitivo após o recebimento provisório será aquele determinado na Legislação vigente no momento da publicação do Edital.

6. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1. A presente contratação terá como fiscalização os membros da DEAM – Diretoria de Engenharia, Arquitetura e Manutenção Predial da DPE a serem designados pela Administração na ocasião da assinatura do Contrato.

7. CAPACIDADE TÉCNICA

7.1. A Contratada deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica expedido por pessoa jurídica de Direito Público ou Privado, no número mínimo de 01 (um), em nome do licitante, comprovando ter fornecido, para administração pública ou iniciativa privada, paredes em gesso acartonado, com características técnicas e quantidades compatíveis com o objeto da licitação.

8. CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento será feito nos termos do Contrato, contra Nota de Empenho, no prazo determinado no Contrato, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura na Diretoria de Finanças e Contratos, situado na Rua Sete de Setembro, nº 666 - 6º andar, nesta Capital, contados do recebimento da Nota Fiscal. O envio da Nota Fiscal Eletrônica poderá ser realizado via e-mail, para o Fiscal designado, mediante tratativa prévia.

8.2. Os preços são considerados completos, e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos contribuições fiscais, etc.), eventual fornecimento de mão de obra especializada, montagem dos itens, leis sociais, seguros, administração, lucros,

equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal e qualquer despesa acessória e/ou necessária aqui não especificada.

9. AMOSTRAS E INSPEÇÃO PRÉVIA

9.1. Não é aplicável a apresentação de amostras a este objeto.

9.2. Não é aplicável a realização de inspeção prévia do material (inspeção em fábrica).

10. GARANTIA DO PRODUTO

10.1. Os elementos fornecidos no presente Termo de Referência deverão possuir prazo de garantia mínima de 01 (um) ano contra defeitos de fabricação e montagem, reposição de peças e componentes, contados a partir do recebimento definitivo do conjunto montado e acabado. A garantia solicitada contará do término da garantia legal, que por seu turno se inicia do recebimento definitivo do objeto.

10.2. Caso seja verificado defeito de fabricação/montagem/ execução de quaisquer componentes internos ou estruturais, ou danos decorrentes do transporte ou da estocagem anterior à entrega na Defensoria Pública, os itens deverão ser substituídos/ reparados em no máximo 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da comunicação do fato à contratada, sem ônus à Contratante.

10.3. A garantia aqui requerida não terá prejuízo a eventuais garantias adicionais fornecidas pela Contratada ou àquelas referenciadas pelo Código de Defesa do Consumidor.

10.4. A responsabilidade pela montagem do conjunto é da Licitante contratada, não cabendo à Contratante qualquer ônus por incorreções na montagem Contratada.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Fornecer produtos compostos por materiais novos, de primeiro uso, no prazo fixado neste Termo de Referência.

11.2. Fornecer os produtos com garantia, observados os prazos mínimos estabelecidos neste Termo, contados do recebimento definitivo do conjunto, na localidade de entrega do mesmo;

11.3. Manter, durante o período de fornecimento, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital;

11.4. Realizar vistoria para sanar e/ou confirmar quaisquer dúvidas quanto ao local de instalação e características do produto, assim como as respectivas condições de aceitação, antes da apresentação da proposta.

As licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições, metragens e grau de dificuldade existente como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do

objeto deste Pregão. As dimensões e demais condicionantes de instalação deverão ser confirmados in loco antes da entrega.

11.5. Responsabilizar-se pelos materiais, ferramentas, instrumentos e equipamentos disponibilizados para o fornecimento do objeto, não cabendo à Contratante qualquer responsabilidade por perdas decorrentes de roubo, furto ou outros fatos que possam vir a ocorrer;

11.6. Responsabilizar-se pelo transporte horizontal e vertical de todos os materiais, insumos e unidades de contêineres, desde o local de armazenamento/ montagem prévia, até o local de entrega/ montagem definitiva;

11.7. Designar profissional qualificado, responsável pelo acompanhamento e fiscalização da montagem e entrega do objeto;

11.8. Recolher as embalagens, entulhos e resíduos após a montagem do conjunto, responsabilizando-se pela correta destinação dos materiais, através de sua reutilização ou envio para reciclagem;

11.9. Prestar informações/esclarecimentos solicitados pela contratante, bem como atender suas reclamações inerentes ao fornecimento do objeto, principalmente quanto à qualidade, providenciando a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo contratante.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas;

12.2. Disponibilizar as áreas definidas neste Termo de Referência, dando condições à Contratada para entrega e montagem dos itens contratados em conformidade com o projeto executivo, permitindo o livre acesso da Contratada às dependências da Defensoria relacionadas à execução do contrato, respeitadas as normas que disciplinam a segurança do patrimônio, das pessoas e das informações;

12.3. Emitir Autorização de Fornecimento com todas as informações necessárias, por intermédio do representante da administração designado, e comunicar à empresa por meio de telefone ou e-mail da emissão da mesma;

12.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada perante a Fiscalização da DPE;

12.5. Controlar e documentar as ocorrências havidas; e,

12.6. Notificar a Contratada, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no fornecimento, para que sejam adotadas as medidas cabíveis.

13. CONSIDERAÇÕES FINAIS

13.1. O Termo de Referência e seus anexos deverão ser amplamente avaliados pelas empresas interessadas.

13.2. Eventuais dúvidas deverão ser apresentadas e esclarecidas ANTES da apresentação das propostas. Posteriormente, não serão aceitas alegações de desconhecimento do objeto ou de suas condicionantes.

14. INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS

Quaisquer informações complementares e esclarecimentos relativos ao presente Termo de Referência deverão ser dirigidos à Comissão de Licitações da Defensoria, exclusivamente através do sistema de disputa eletrônico.

15. ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

15.1. Anexo A

PLANILHA DE QUANTIDADES

N °	NOME ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT TOTAL
01	Fornecimento e instalação de paredes em gesso acartonado e=10cm, com vãos			
1.1	Fornecimento e instalação de paredes em gesso acartonado com isolamento acústico, e=10cm	Conforme item 3.1 deste Termo de Referência	m2	158,25
1.2	Fornecimento e instalação de paredes em gesso acartonado sem isolamento, e=10cm	Conforme item 3.1 deste Termo de Referência	m2	41,55
1.3	Instalação de rede seca (eletrodutos flexíveis e caixas de passagem) no interior de paredes de gesso, conforme projeto anexo	Conforme item 3.1 deste Termo de Referência	conj	1,00
02	Fornecimento e instalação de reforço nas paredes de gesso para fixação de equipamentos	Conforme item 3.2 deste Termo de Referência	unid	9,00
03	Fornecimento e aplicação de fundo preparador em superfícies de gesso	Conforme item 3.3 deste Termo de Referência	m2	399,60



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

04	Fornecimento e aplicação de massa corrida sobre superfícies de gesso	Conforme item 3.4 deste Termo de Referência	m2	399,60
05	Fornecimento e instalação de rodapé em madeira, sem pintura	Conforme item 3.5 deste Termo de Referência	m linear	110,10

15.2. Anexo B

PROJETO EXECUTIVO (disponibilizado em meio digital, em arquivos anexos)

	Conteúdo da prancha	Nome do arquivo
1	Planta geral de distribuição das paredes de gesso	Proj Paredes Gesso_DPRLajeado_PRANCHA 01de15
2	Planta das paredes de gesso, com cotas	Proj Paredes Gesso_DPRLajeado_PRANCHA 02de15
3	Planta geral de distribuição da rede seca e reforços das paredes	Proj Paredes Gesso_DPRLajeado_PRANCHA 03de15
4	Planta e vistas da sala 01	Proj Paredes Gesso_DPRLajeado_PRANCHA 04de15
5	Planta e vistas da sala 02	Proj Paredes Gesso_DPRLajeado_PRANCHA 05de15
6	Planta e vistas da sala 03	Proj Paredes Gesso_DPRLajeado_PRANCHA 06de15
7	Planta e vistas da sala 04	Proj Paredes Gesso_DPRLajeado_PRANCHA 07de15
8	Planta e vistas da sala 05	Proj Paredes Gesso_DPRLajeado_PRANCHA 08de15
9	Planta e vistas da sala 06	Proj Paredes Gesso_DPRLajeado_PRANCHA 09de15
10	Planta e vistas da sala 07	Proj Paredes Gesso_DPRLajeado_PRANCHA 10de15
11	Planta e vistas da sala 08	Proj Paredes Gesso_DPRLajeado_PRANCHA 11de15

12	Planta e vistas da sala 09	Proj Paredes Gesso_DPRLajeado_PRANCHA 12de15
13	Planta e vistas da sala 10	Proj Paredes Gesso_DPRLajeado_PRANCHA 13de15
14	Planta e vistas da sala 11	Proj Paredes Gesso_DPRLajeado_PRANCHA 14de15
15	Planta e vistas da sala12	Proj Paredes Gesso_DPRLajeado_PRANCHA 15de15

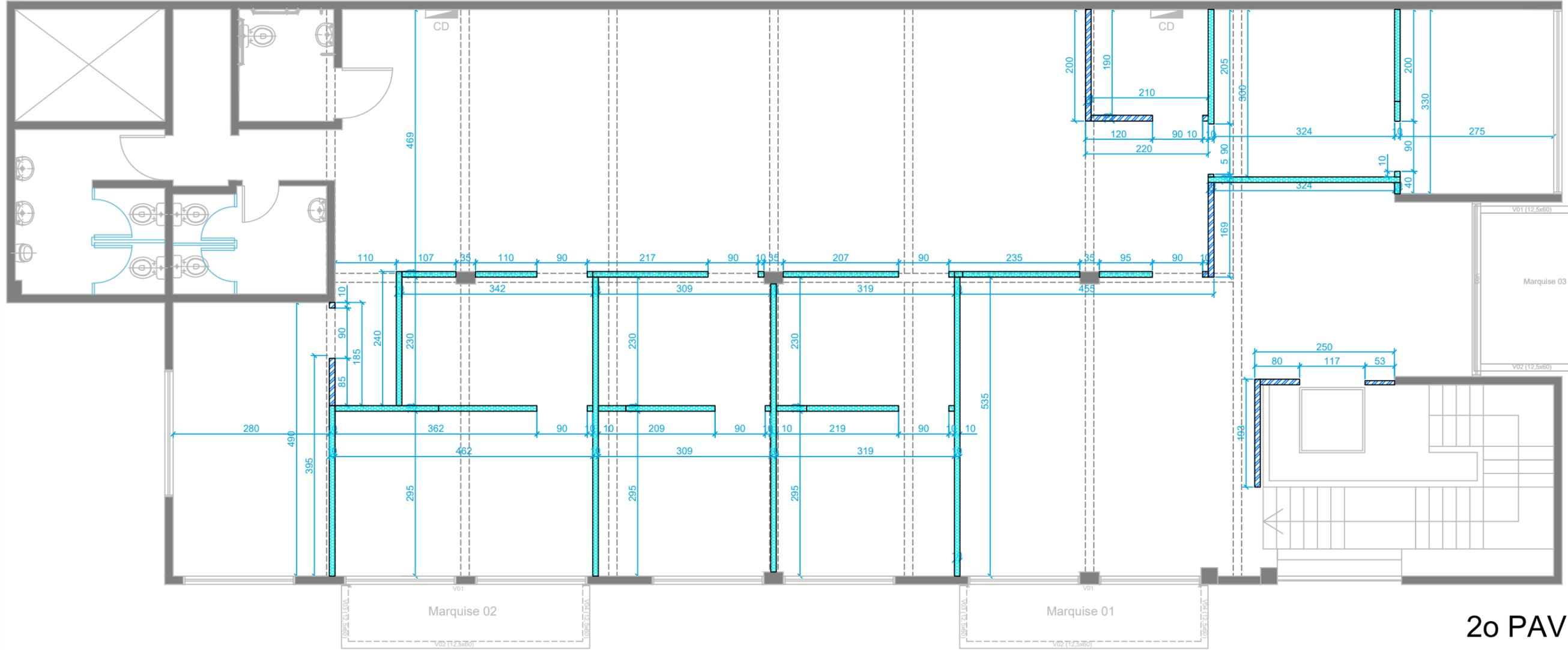
Elaborador:

Marcia Soldera
Analista - Arquiteta
DEAM / DPE

Visto:

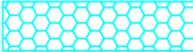
Marcus Vinicius de Mira Escouto
Coordenador de Projetos
DEAM / DPE

João Luiz de Andrade Salles
Diretor de Engenharia, Arquitetura e Manutenção
DEAM / DPE



2o PAV.

LEGENDA

-  Drywall sem isolamento acústico
-  Drywall com isolamento acústico
-  Vigas

Pé Direito:
Laje = 3,50m
Vigas = 3,00m

 DEFENSORIA PÚBLICA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL DIRETORIA DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E MANUTENÇÃO PREDIAL Rua 7 de Setembro, 666 - Centro - Porto Alegre/ RS - Fone: (51) 3210-9319		
	OBRA: DPR RIO GRANDE Av. Silva Paes, 333 - 337 - Centro Rio Grande / RS	CONTEÚDO TÉCNICO DA PRANCHA: PAREDES DRYWALL (2º Pavimento)	ESCALA: S/ E - A3
ASSUNTO: ALTERAÇÃO DE LAYOUT CHAMADO CSI 233742	RESPONSÁVEL PROJETO: Téc. Edificações Manoel Tolotti	DATA: 25/09/2023	

Identificação interna do documento DNKC4SFEZQ-CSCWSL32



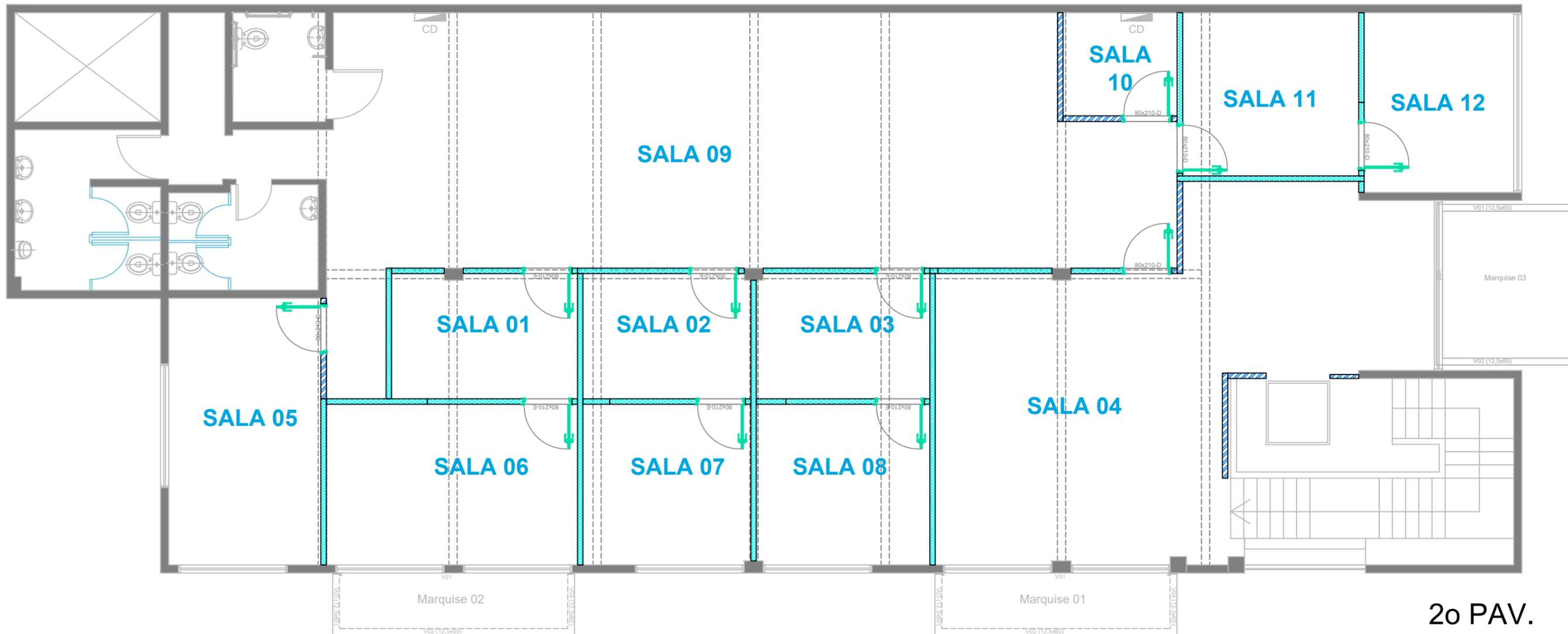
Nome do arquivo:

Proj_Paredes_Gesso_DPRLajeado_PRANCHA_01de15_2023102717
43486533507.pdf

Data de vinculação ao processo: 27/10/2023 17:47

Autor: Marcus Vinicius de Mira Escouto (3859711)

Processo: 445051



2o PAV.

LEGENDA



Drywall sem isolamento acústico



Drywall com isolamento acústico



Vigas

Pé Direito:
Laje = 3,50m
Vigas = 3,00m



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DIRETORIA DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E MANUTENÇÃO PREDIAL

Rua 7 de Setembro, 666 - Centro - Porto Alegre/ RS - Fone: (51) 3210-9319

OBRA: DPR RIO GRANDE Av. Silva Paes, 333 - 337 - Centro Rio Grande / RS	CONTEÚDO TÉCNICO DA PRANCHA: CONFIGURAÇÃO PAREDES E ESQUADRIAS (2º Pavimento)	ESCALA: S/ E - A3	FRANCHA: 02/15
ASSUNTO: ALTERAÇÃO DE LAYOUT CHAMADO CSI 233742	RESPONSÁVEL PROJETO: Téc. Edificações Manoel Tolotti	DATA: 25/09/2023	

Identificação interna do documento U39ZX6QJ8U-8RUYRD72



Nome do arquivo:

Proj_Paredes_Gesso_DPRLajeado_PRANCHA_02de15_2023102717
43487928946.pdf

Data de vinculação ao processo: 27/10/2023 17:47

Autor: Marcus Vinicius de Mira Escouto (3859711)

Processo: 445051

Identificação interna do documento 67133KKR7N-QOQXHF12



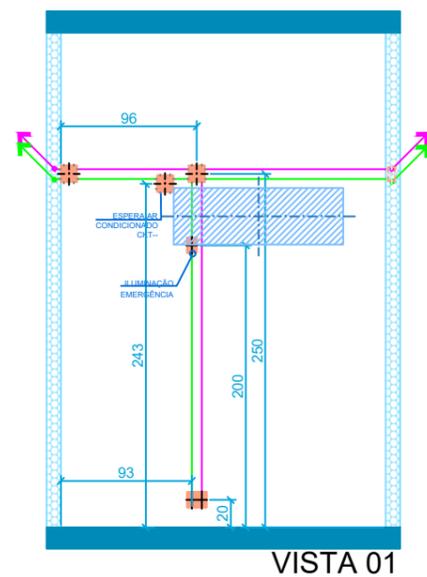
Nome do arquivo:

Proj_Paredes_Gesso_DPRLajeado_PRANCHA_03de15_2023102717
4347993610.pdf

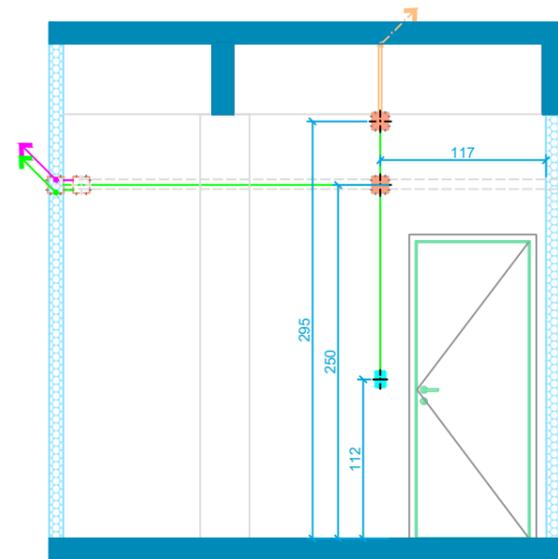
Data de vinculação ao processo: 27/10/2023 17:47

Autor: Marcus Vinicius de Mira Escouto (3859711)

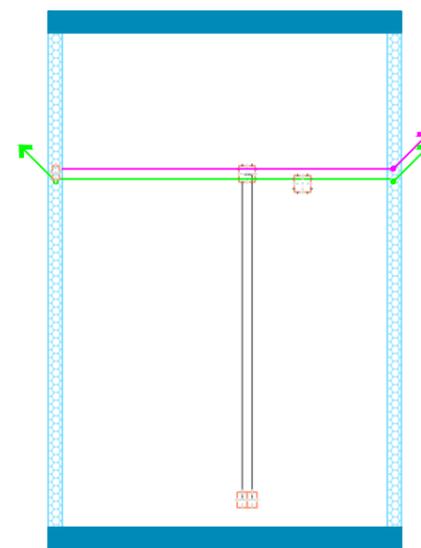
Processo: 445051



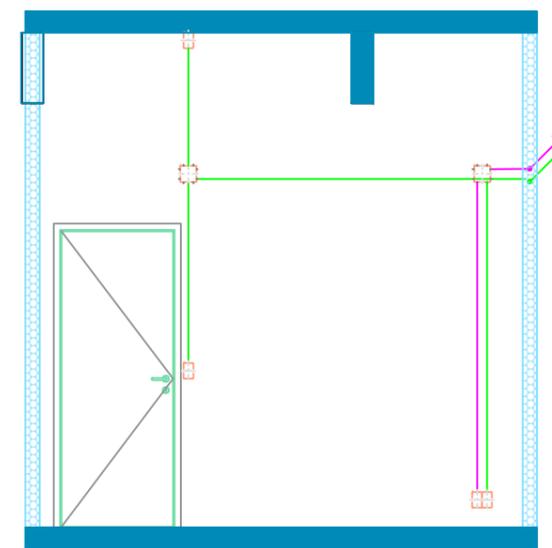
VISTA 01



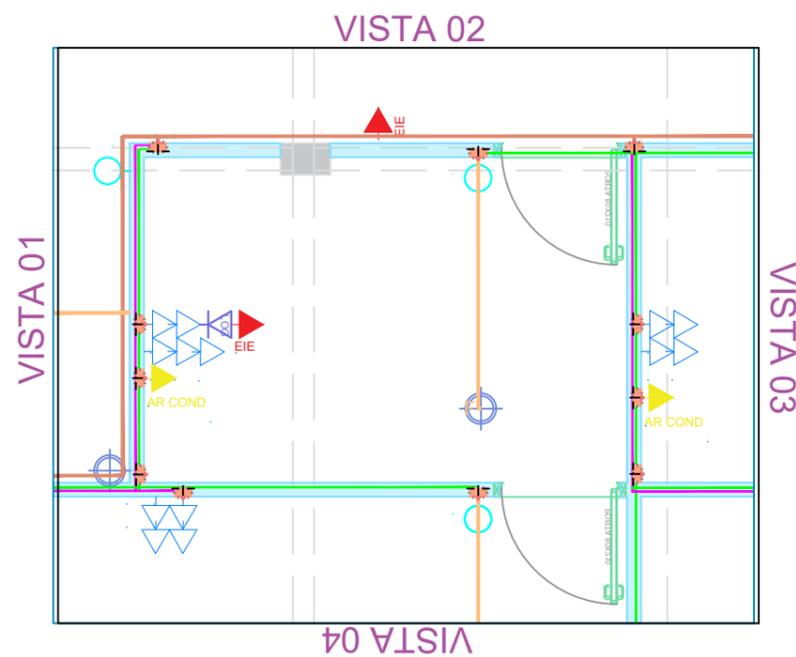
VISTA 02



VISTA 03



VISTA 04



VISTA 02

VISTA 01

VISTA 03

VISTA 04

LEGENDA

CANALETA METÁLICA - DUTOTEC - FIXADA SOBRE PAREDES E LAJES	INTERRUPTOR h=110cm (eixo da caixa)
CANALETA PLÁSTICA - SISTEMA X - COLADA SOBRE PAREDES E LAJES	PONTO DE ELÉTRICA h=20cm (eixo da caixa)
ELETRODUTO CORRUGADO FLEXÍVEL EMBUTIDO EM PAREDES DE GESSO - PARA PASSAGEM DE REDE LÓGICA	PONTO DE ELÉTRICA h=110cm (eixo da caixa)
ELETRODUTO CORRUGADO FLEXÍVEL EMBUTIDO EM PAREDES DE GESSO - PARA PASSAGEM DE REDE ELÉTRICA	PONTO DE ELÉTRICA h=200 a 250cm - cf indicado
CAIXA 2X4 EMBUTIDA NA PAREDE DE GESSO - PARA INTERRUPTOR	PONTO DE ELÉTRICA PARA LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA h=200cm (eixo da caixa)
CAIXA 2X4 EMBUTIDA NA PAREDE DE GESSO - PARA TAMPA CEGA	PONTO DE ELÉTRICA PARA AR CONDICIONADO h= cf indicada
CAIXA 2X4 EMBUTIDA NA PAREDE DE GESSO - PARA TOMADAS	PONTO DE REDE LÓGICA H= cf indicada
CAIXA 2X4 POSICIONADA NA FACE OPOSTA DA PAREDE	PONTO DE ILUMINAÇÃO EM FORRO - cf projeto de iluminação
CAIXA 4X4 EMBUTIDA NA PAREDE DE GESSO - PARA TAMPA CEGA	CAIXA 4X4 EMBUTIDA EM PAREDE DE GESSO - VISTA SUPERIOR - com indicação do lado de abertura
CAIXA 4X4 POSICIONADA NA FACE OPOSTA DA PAREDE	ESQUEMA DE COMPARTILHAMENTO DE CAIXA ENTRE ELÉTRICA E LÓGICA
CAIXA 4X4 POSICIONADA LATERALMENTE PAREDE	REFROÇO EM PAREDE DE GESSO PARA INSTALAÇÃO DE EVAPORADORA SPLIT

OBRA: DEFENSORIA REGIONAL DE LAJEADO Av. Silva Paes, 333 - 337 - Centro Rio Grande / RS	CONTEÚDO TÉCNICO DA PRANCHA: PAREDES GESSO ACARTONADO (2º Pavimento) SALA 01	ESCALA: S/ E - A3	PRANCHA: 04/15
ASSUNTO: ALTERAÇÃO DE LAYOUT CHAMADO CSI 233742	RESPONSÁVEL PROJETO: Téc. Edificações Manoel Tolotti arq. Marcia Soldera	DATA: 04/10/2023	

Identificação interna do documento 76BL75AXBY-8HCZ9DY2



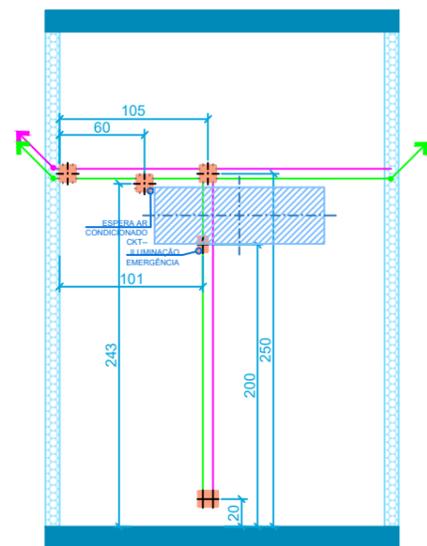
Nome do arquivo:

Proj_Paredes_Gesso_DPRLajeado_PRANCHA_04de15_2023102717
43483468845.pdf

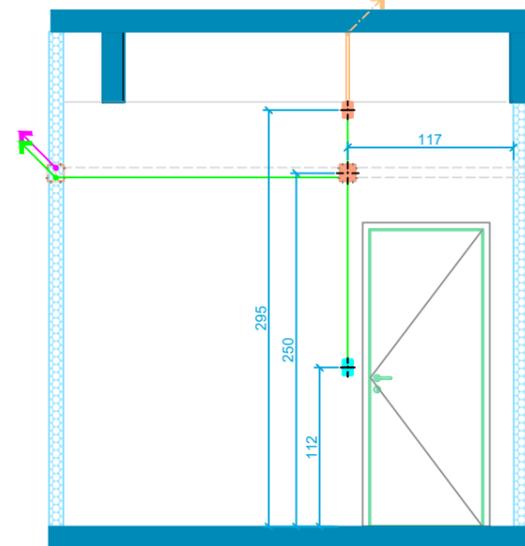
Data de vinculação ao processo: 27/10/2023 17:47

Autor: Marcus Vinicius de Mira Escouto (3859711)

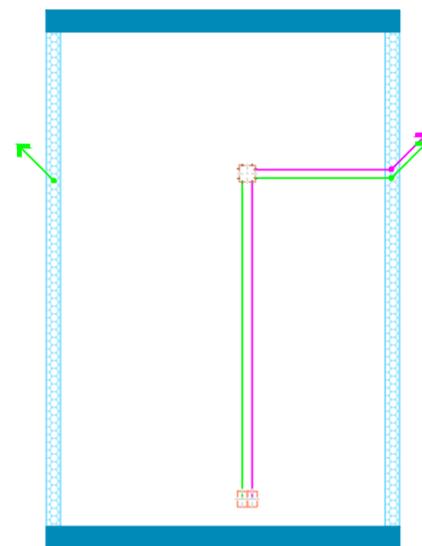
Processo: 445051



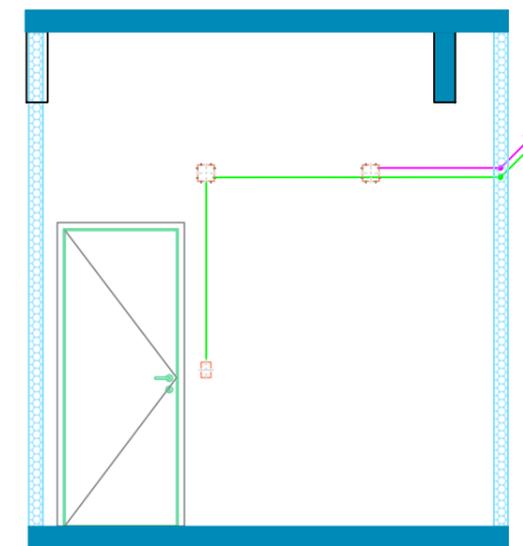
VISTA 01



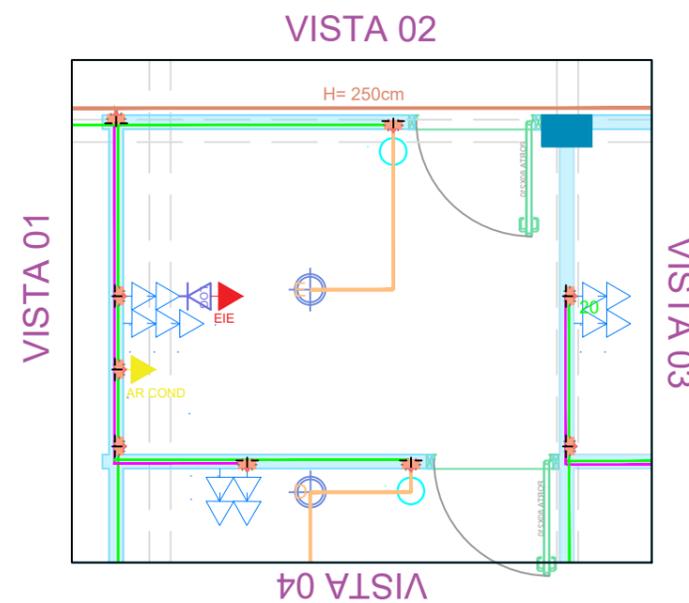
VISTA 02



VISTA 03



VISTA 04



VISTA 04

LEGENDA

CANALETA METÁLICA - DUTOTEC - FIXADA SOBRE PAREDES E LAJES	INTERRUPTOR h=110cm (eixo da caixa)
CANALETA PLÁSTICA - SISTEMA X - COLADA DOBRE PAREDES E LAJES	PONTO DE ELÉTRICA h=20cm (eixo da caixa)
ELETRODUTO CORRUGADO FLEXÍVEL EMBUTIDO EM PAREDES DE GESSO - PARA PASSAGEM DE REDE LÓGICA	PONTO DE ELÉTRICA h=110cm (eixo da caixa)
ELETRODUTO CORRUGADO FLEXÍVEL EMBUTIDO EM PAREDES DE GESSO - PARA PASSAGEM DE REDE ELÉTRICA	PONTO DE ELÉTRICA h=200 a 250cm - cf indicado
CAIXA 2X4 EMBUTIDA NA PAREDE DE GESSO - PARA INTERRUPTOR	PONTO DE ELÉTRICA PARA LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA h=200cm (eixo da caixa)
CAIXA 2X4 EMBUTIDA NA PAREDE DE GESSO - PARA TAMPA CEGA	PONTO DE ELÉTRICA PARA AR CONDICIONADO h= cf indicada
CAIXA 2X4 EMBUTIDA NA PAREDE DE GESSO - PARA TOMADAS	PONTO DE REDE LÓGICA H= cf indicada
CAIXA 2X4 POSICIONADA NA FACE OPOSTA DA PAREDE	PONTO DE ILUMINAÇÃO EM FORRO - cf projeto de iluminação
CAIXA 4X4 EMBUTIDA NA PAREDE DE GESSO - PARA TAMPA CEGA	CAIXA 4X4 EMBUTIDA EM PAREDE DE GESSO - VISTA SUPERIOR - com indicação do lado de abertura
CAIXA 4X4 POSICIONADA NA FACE OPOSTA DA PAREDE	ESQUEMA DE COMPARTILHAMENTO DE CAIXA ENTRE ELÉTRICA E LÓGICA
CAIXA 4X4 POSICIONADA LATERALMENTE PAREDE	REFROÇO EM PAREDE DE GESSO PARA INSTALAÇÃO DE EVAPORADORA SPLIT

OBRA: DEFENSORIA REGIONAL DE LAJEADO Av. Silva Paes, 333 - 337 - Centro Rio Grande / RS	CONTEÚDO TÉCNICO DA PRANCHA: PAREDES GESSO ACARTONADO (2º Pavimento) SALA 02	ESCALA: S/ E - A3	PRANCHA: 05/15
ASSUNTO: ALTERAÇÃO DE LAYOUT CHAMADO CSI 233742	RESPONSÁVEL PROJETO: Téc. Edificações Manoel Tolotti arq. Marcia Soldera	DATA: 04/10/2023	

Identificação interna do documento WXKWQN4R0S-PUBFVT32



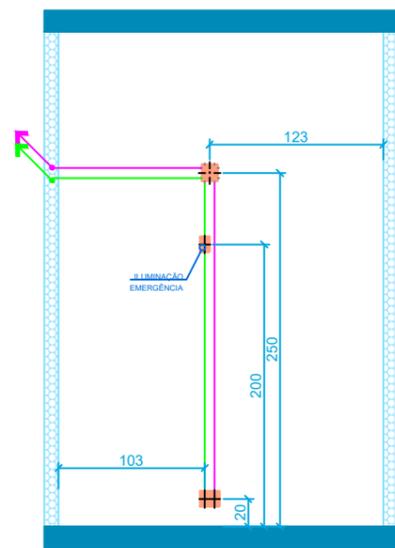
Nome do arquivo:

Proj_Paredes_Gesso_DPRLajeado_PRANCHA_05de15_2023102717
43481516997.pdf

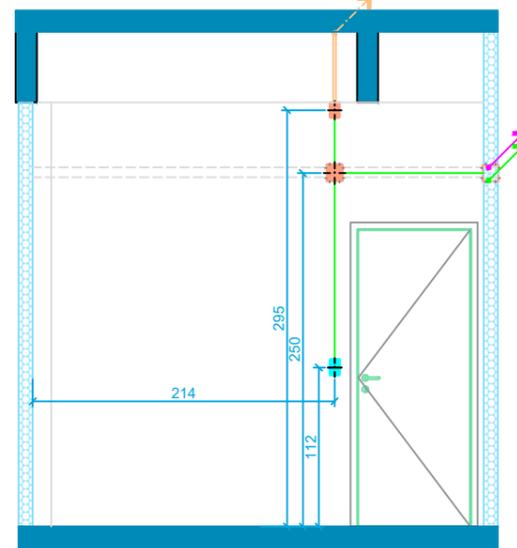
Data de vinculação ao processo: 27/10/2023 17:47

Autor: Marcus Vinicius de Mira Escouto (3859711)

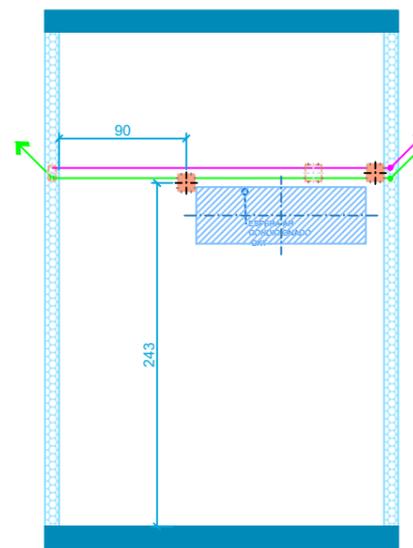
Processo: 445051



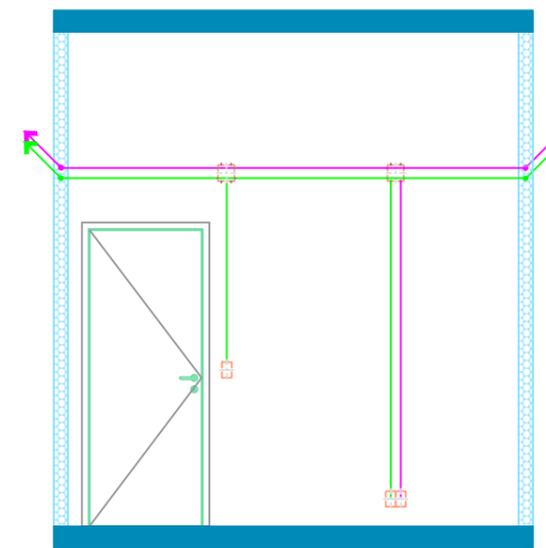
VISTA 01



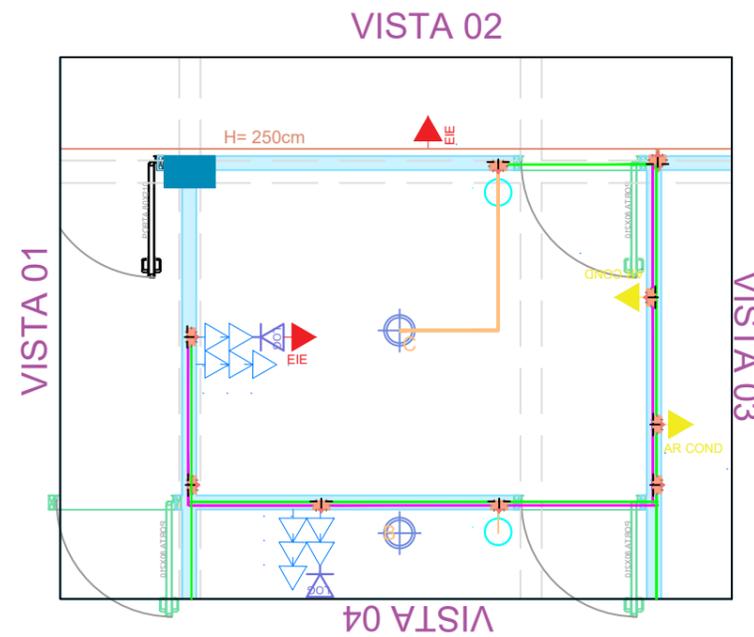
VISTA 02



VISTA 03



VISTA 04



VISTA 02

VISTA 01

VISTA 03

VISTA 04

LEGENDA

CANALETA METÁLICA - DUTOTEC - FIXADA SOBRE PAREDES E LAJES	INTERRUPTOR h=110cm (eixo da caixa)
CANALETA PLÁSTICA - SISTEMA X - COLADA SOBRE PAREDES E LAJES	PONTO DE ELÉTRICA h=20cm (eixo da caixa)
ELETRODUTO CORRUGADO FLEXÍVEL EMBUTIDO EM PAREDES DE GESSO - PARA PASSAGEM DE REDE LÓGICA	PONTO DE ELÉTRICA h=110cm (eixo da caixa)
ELETRODUTO CORRUGADO FLEXÍVEL EMBUTIDO EM PAREDES DE GESSO - PARA PASSAGEM DE REDE ELÉTRICA	PONTO DE ELÉTRICA h=200 a 250cm - cf indicado
CAIXA 2X4 EMBUTIDA NA PAREDE DE GESSO - PARA INTERRUPTOR	PONTO DE ELÉTRICA PARA LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA h=200cm (eixo da caixa)
CAIXA 2X4 EMBUTIDA NA PAREDE DE GESSO - PARA TAMPA CEGA	PONTO DE ELÉTRICA PARA AR CONDICIONADO h= cf indicada
CAIXA 2X4 EMBUTIDA NA PAREDE DE GESSO - PARA TOMADAS	PONTO DE REDE LÓGICA H= cf indicada
CAIXA 2X4 POSICIONADA NA FACE OPOSTA DA PAREDE	PONTO DE ILUMINAÇÃO EM FORRO - cf projeto de iluminação
CAIXA 4X4 EMBUTIDA NA PAREDE DE GESSO - PARA TAMPA CEGA	CAIXA 4X4 EMBUTIDA EM PAREDE DE GESSO - VISTA SUPERIOR - com indicação do lado de abertura
CAIXA 4X4 POSICIONADA NA FACE OPOSTA DA PAREDE	ESQUEMA DE COMPARTILHAMENTO DE CAIXA ENTRE ELÉTRICA E LÓGICA
CAIXA 4X4 POSICIONADA LATERALMENTE PAREDE	REFROÇO EM PAREDE DE GESSO PARA INSTALAÇÃO DE EVAPORADORA SPLIT

OBRA:
DEFENSORIA REGIONAL DE LAJEADO
Av. Silva Paes, 333 - 337 - Centro Rio Grande / RS

ASSUNTO:
ALTERAÇÃO DE LAYOUT
CHAMADO CSI 233742

CONTEÚDO TÉCNICO DA PRANCHA:
PAREDES GESSO ACARTONADO (2º Pavimento)
SALA 03

RESPONSÁVEL PROJETO:
Téc. Edificações Manoel Tolotti
arq. Marcia Soldera

ESCALA:
S/ E - A3

DATA:
04/10/2023

PRANCHA:
06/15

Identificação interna do documento LA21ZNXJJJ-I1FFI292



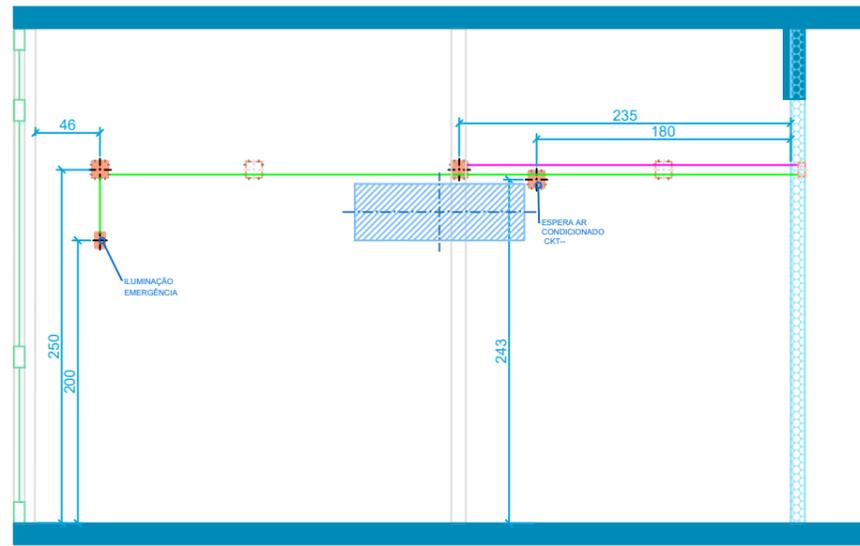
Nome do arquivo:

Proj_Paredes_Gesso_DPRLajeado_PRANCHA_06de15_2023102717
43483468845.pdf

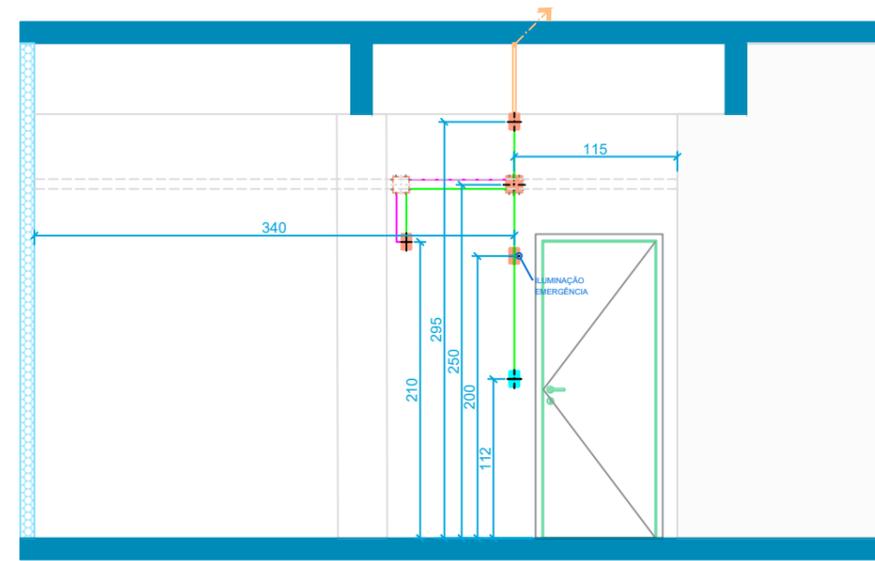
Data de vinculação ao processo: 27/10/2023 17:47

Autor: Marcus Vinicius de Mira Escouto (3859711)

Processo: 445051



VISTA 01



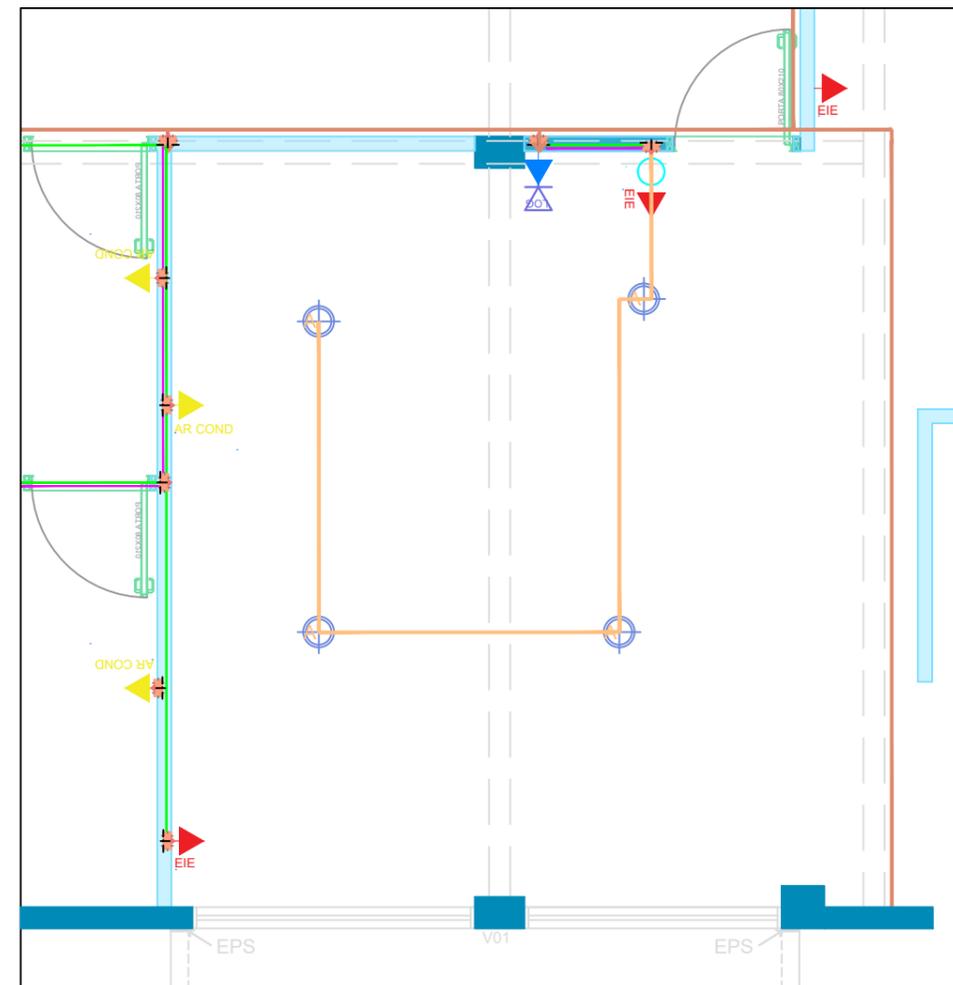
VISTA 02

VISTA 02

LEGENDA

CANALETA METÁLICA - DUTOTEC - FIXADA SOBRE PAREDES E LAJES	INTERRUPTOR h=110cm (eixo da caixa)
CANALETA PLÁSTICA - SISTEMA X - COLADA DOBRE PAREDES E LAJES	PONTO DE ELÉTRICA h=20cm (eixo da caixa)
ELETRODUTO CORRUGADO FLEXÍVEL EMBUTIDO EM PAREDES DE GESSO - PARA PASSAGEM DE REDE LÓGICA	PONTO DE ELÉTRICA h=110cm (eixo da caixa)
ELETRODUTO CORRUGADO FLEXÍVEL EMBUTIDO EM PAREDES DE GESSO - PARA PASSAGEM DE REDE ELÉTRICA	PONTO DE ELÉTRICA h=200 a 250cm - cf indicado
CAIXA 2X4 EMBUTIDA NA PAREDE DE GESSO - PARA INTERRUPTOR	PONTO DE ELÉTRICA PARA LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA h=200cm (eixo da caixa)
CAIXA 2X4 EMBUTIDA NA PAREDE DE GESSO - PARA TAMPA CEGA	PONTO DE ELÉTRICA PARA AR CONDICIONADO h= cf indicada
CAIXA 2X4 EMBUTIDA NA PAREDE DE GESSO - PARA TOMADAS	PONTO DE REDE LÓGICA H= cf indicada
CAIXA 2X4 POSICIONADA NA FACE OPOSTA DA PAREDE	PONTO DE ILUMINAÇÃO EM FORRO - cf projeto de iluminação
CAIXA 4X4 EMBUTIDA NA PAREDE DE GESSO - PARA TAMPA CEGA	CAIXA 4X4 EMBUTIDA EM PAREDE DE GESSO - VISTA SUPERIOR - com indicação do lado de abertura
CAIXA 4X4 POSICIONADA NA FACE OPOSTA DA PAREDE	ESQUEMA DE COMPARTILHAMENTO DE CAIXA ENTRE ELÉTRICA E LÓGICA
CAIXA 4X4 POSICIONADA LATERALMENTE PAREDE	REFREÇO EM PAREDE DE GESSO ARA INSTALAÇÃO DE EVAPORADORA SPLIT

VISTA 01



OBRA: DEFENSORIA REGIONAL DE LAJEADO Av. Silva Paes, 333 - 337 - Centro Rio Grande / RS	CONTEÚDO TÉCNICO DA PRANCHA: PAREDES GESSO ACARTONADO (2º Pavimento) SALA 04	ESCALA: S/E - A3	PRANCHA: 07/15
ASSUNTO: ALTERAÇÃO DE LAYOUT CHAMADO CSI 233742	RESPONSÁVEL PROJETO: Téc. Edificações Manoel Tolotti arq. Marcia Soldara	DATA: 04/10/2023	

Identificação interna do documento ZXAGV3KGV1-KYIM51S2



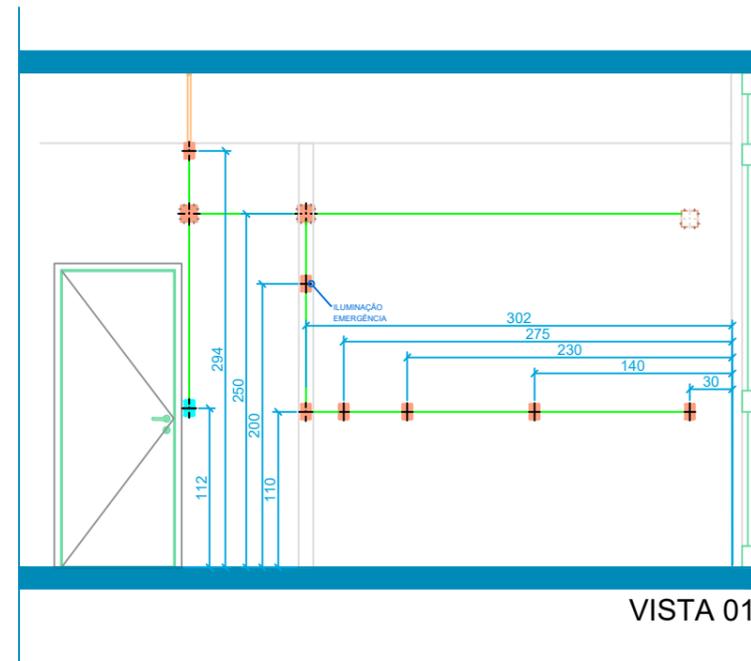
Nome do arquivo:

Proj_Paredes_Gesso_DPRLajeado_PRANCHA_07de15_2023102717
43489565149.pdf

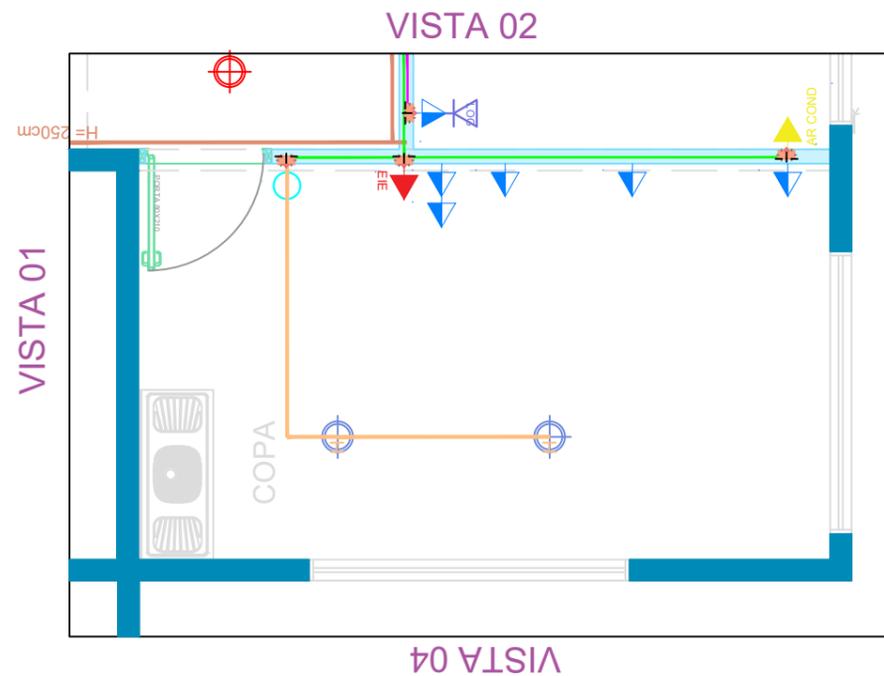
Data de vinculação ao processo: 27/10/2023 17:47

Autor: Marcus Vinicius de Mira Escouto (3859711)

Processo: 445051



VISTA 01



VISTA 02

VISTA 01

VISTA 03

VISTA 04

LEGENDA

CANALETA METÁLICA - DUTOTEC - FIXADA SOBRE PAREDES E LAJES	INTERRUPTOR h=110cm (eixo da caixa)
CANALETA PLÁSTICA - SISTEMA X - COLADA SOBRE PAREDES E LAJES	PONTO DE ELÉTRICA h=20cm (eixo da caixa)
ELETRODUTO CORRUGADO FLEXÍVEL EMBUTIDO EM PAREDES DE GESSO - PARA PASSAGEM DE REDE LÓGICA	PONTO DE ELÉTRICA h=110cm (eixo da caixa)
ELETRODUTO CORRUGADO FLEXÍVEL EMBUTIDO EM PAREDES DE GESSO - PARA PASSAGEM DE REDE ELÉTRICA	PONTO DE ELÉTRICA h=200 a 250cm - cf indicado
CAIXA 2X4 EMBUTIDA NA PAREDE DE GESSO - PARA INTERRUPTOR	PONTO DE ELÉTRICA PARA LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA h=200cm (eixo da caixa)
CAIXA 2X4 EMBUTIDA NA PAREDE DE GESSO - PARA TAMPA CEGA	PONTO DE ELÉTRICA PARA AR CONDICIONADO h= cf indicada
CAIXA 2X4 EMBUTIDA NA PAREDE DE GESSO - PARA TOMADAS	PONTO DE REDE LÓGICA H= cf indicada
CAIXA 2X4 POSICIONADA NA FACE OPOSTA DA PAREDE	PONTO DE ILUMINAÇÃO EM FORRO - cf projeto de iluminação
CAIXA 4X4 EMBUTIDA NA PAREDE DE GESSO - PARA TAMPA CEGA	CAIXA 4X4 EMBUTIDA EM PAREDE DE GESSO - VISTA SUPERIOR - com indicação do lado de abertura
CAIXA 4X4 POSICIONADA NA FACE OPOSTA DA PAREDE	ESQUEMA DE COMPARTILHAMENTO DE CAIXA ENTRE ELÉTRICA E LÓGICA
CAIXA 4X4 POSICIONADA LATERALMENTE PAREDE	REFROÇO EM PAREDE DE GESSO PARA INSTALAÇÃO DE EVAPORADORA SPLIT

OBRA: DEFENSORIA REGIONAL DE LAJEADO Av. Silva Paes, 333 - 337 - Centro Rio Grande / RS	CONTEÚDO TÉCNICO DA PRANCHA: PAREDES GESSO ACARTONADO (2º Pavimento) SALA 05	ESCALA: S/ E - A3	PRANCHA: 08/15
ASSUNTO: ALTERAÇÃO DE LAYOUT CHAMADO CSI 233742	RESPONSÁVEL PROJETO: Téc. Edificações Manoel Tolotti arq. Marcia Soldera	DATA: 04/10/2023	

ESCALA: S/ E - A3	PRANCHA: 08/15
DATA: 04/10/2023	

Identificação interna do documento RDLW9FKJN7-HO0MCMY2



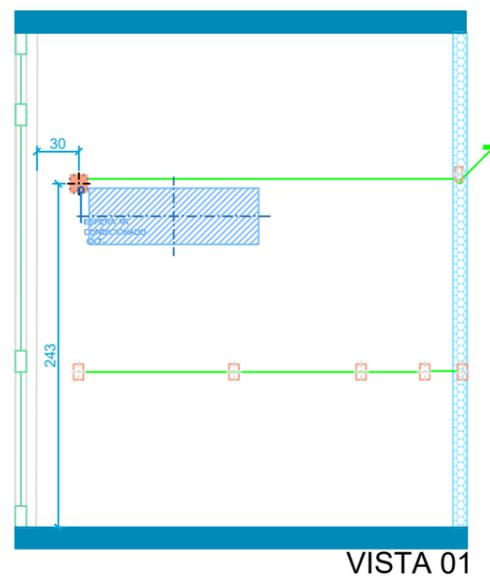
Nome do arquivo:

Proj_Paredes_Gesso_DPRLajeado_PRANCHA_08de15_2023102717
4348960590.pdf

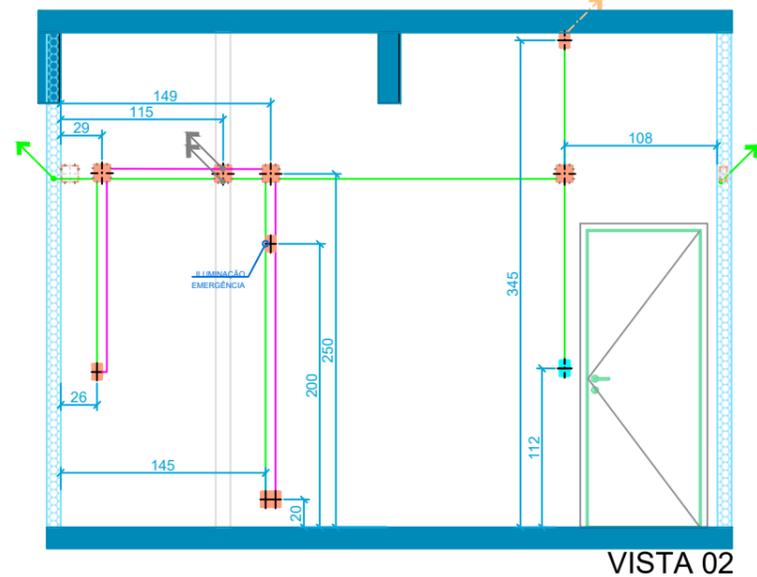
Data de vinculação ao processo: 27/10/2023 17:47

Autor: Marcus Vinicius de Mira Escouto (3859711)

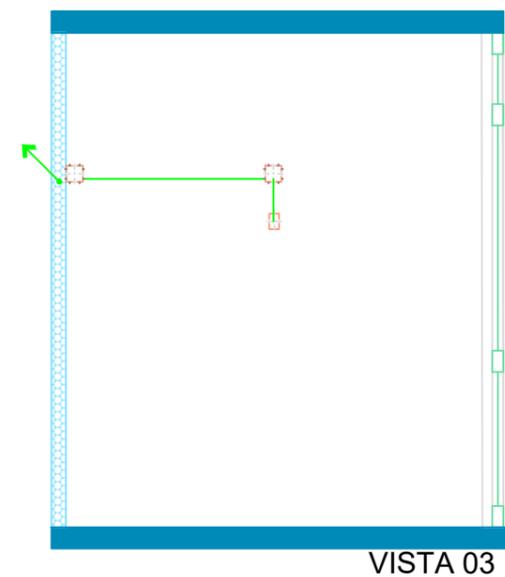
Processo: 445051



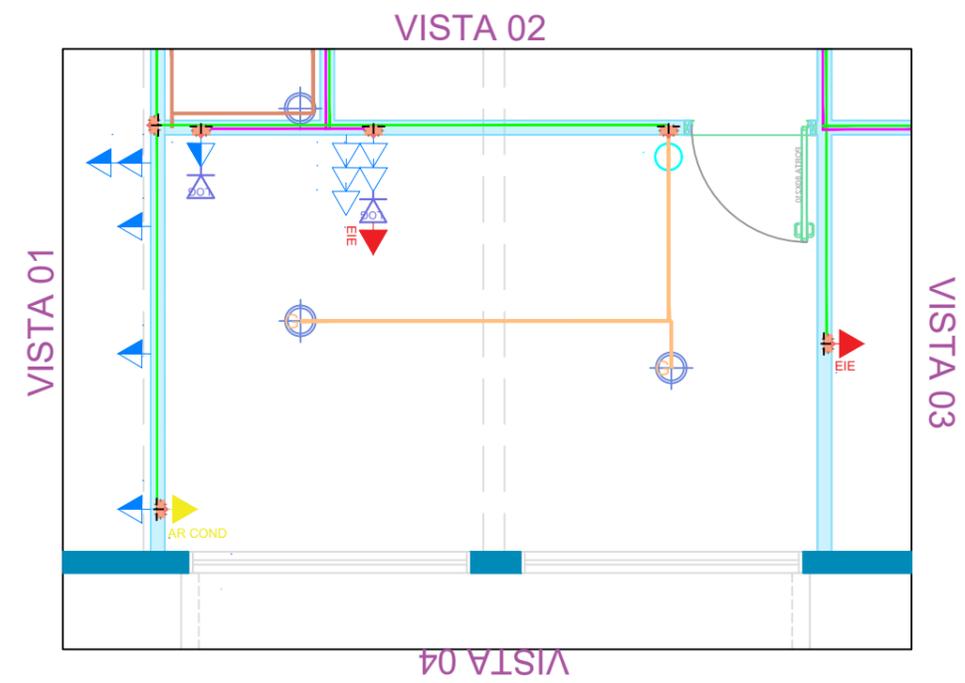
VISTA 01



VISTA 02



VISTA 03



VISTA 02

VISTA 04

LEGENDA

CANALETA METÁLICA - DUTOTEC - FIXADA SOBRE PAREDES E LAJES	INTERRUPTOR h=110cm (eixo da caixa)
CANALETA PLÁSTICA - SISTEMA X - COLADA DOBRE PAREDES E LAJES	PONTO DE ELÉTRICA h=20cm (eixo da caixa)
ELETRODUTO CORRUGADO FLEXÍVEL EMBUTIDO EM PAREDES DE GESSO - PARA PASSAGEM DE REDE LÓGICA	PONTO DE ELÉTRICA h=110cm (eixo da caixa)
ELETRODUTO CORRUGADO FLEXÍVEL EMBUTIDO EM PAREDES DE GESSO - PARA PASSAGEM DE REDE ELÉTRICA	PONTO DE ELÉTRICA h=200 a 250cm - cf indicado
CAIXA 2X4 EMBUTIDA NA PAREDE DE GESSO - PARA INTERRUPTOR	PONTO DE ELÉTRICA PARA LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA h=200cm (eixo da caixa)
CAIXA 2X4 EMBUTIDA NA PAREDE DE GESSO - PARA TAMPA CEGA	PONTO DE ELÉTRICA PARA AR CONDICIONADO h= cf indicada
CAIXA 2X4 EMBUTIDA NA PAREDE DE GESSO - PARA TOMADAS	PONTO DE REDE LÓGICA H= cf indicada
CAIXA 2X4 POSICIONADA NA FACE OPOSTA DA PAREDE	PONTO DE ILUMINAÇÃO EM FORRO - cf projeto de iluminação
CAIXA 4X4 EMBUTIDA NA PAREDE DE GESSO - PARA TAMPA CEGA	CAIXA 4X4 EMBUTIDA EM PAREDE DE GESSO - VISTA SUPERIOR - com indicação do lado de abertura
CAIXA 4X4 POSICIONADA NA FACE OPOSTA DA PAREDE	ESQUEMA DE COMPARTILHAMENTO DE CAIXA ENTRE ELÉTRICA E LÓGICA
CAIXA 4X4 POSICIONADA LATERALMENTE PAREDE	REFROÇO EM PAREDE DE GESSO PARA INSTALAÇÃO DE EVAPORADORA SPLIT

OBRA: DEFENSORIA REGIONAL DE LAJEADO Av. Silva Paes, 333 - 337 - Centro Rio Grande / RS	CONTEÚDO TÉCNICO DA PRANCHA: PAREDES GESSO ACARTONADO (2º Pavimento) SALA 06	ESCALA: S/ E - A3	PRANCHA: 09/15
ASSUNTO: ALTERAÇÃO DE LAYOUT CHAMADO CSI 233742	RESPONSÁVEL PROJETO: Téc. Edificações Manoel Tolotti arq. Marcia Soldera	DATA: 04/10/2023	

Identificação interna do documento FFPC83BBSY-93T0CEM2



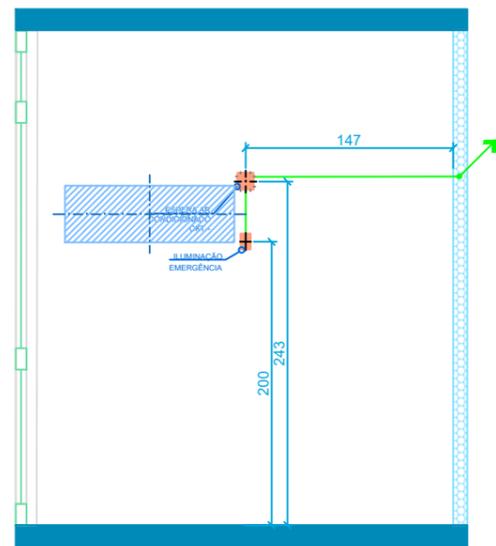
Nome do arquivo:

Proj_Paredes_Gesso_DPRLajeado_PRANCHA_09de15_2023102717
43485105047.pdf

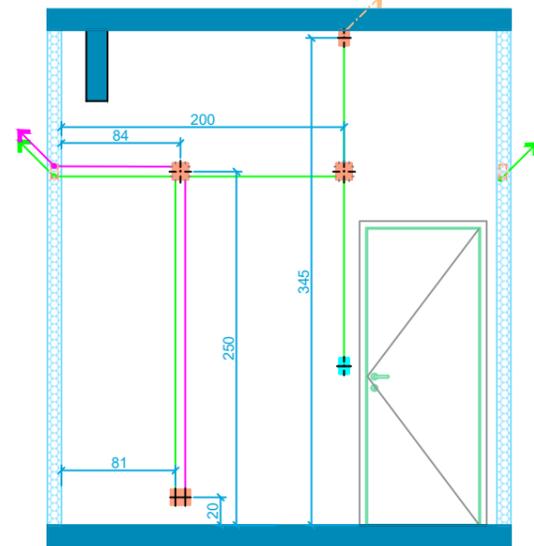
Data de vinculação ao processo: 27/10/2023 17:47

Autor: Marcus Vinicius de Mira Escouto (3859711)

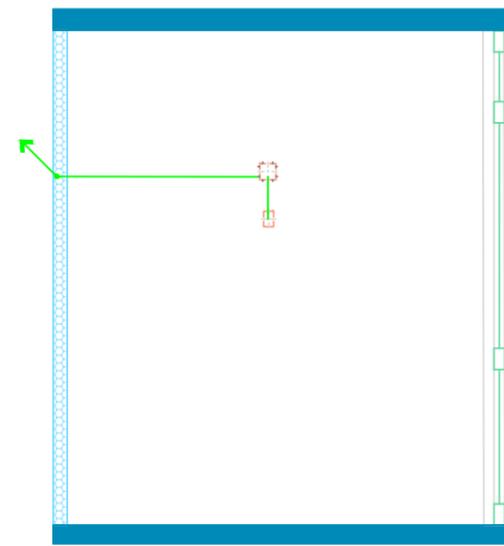
Processo: 445051



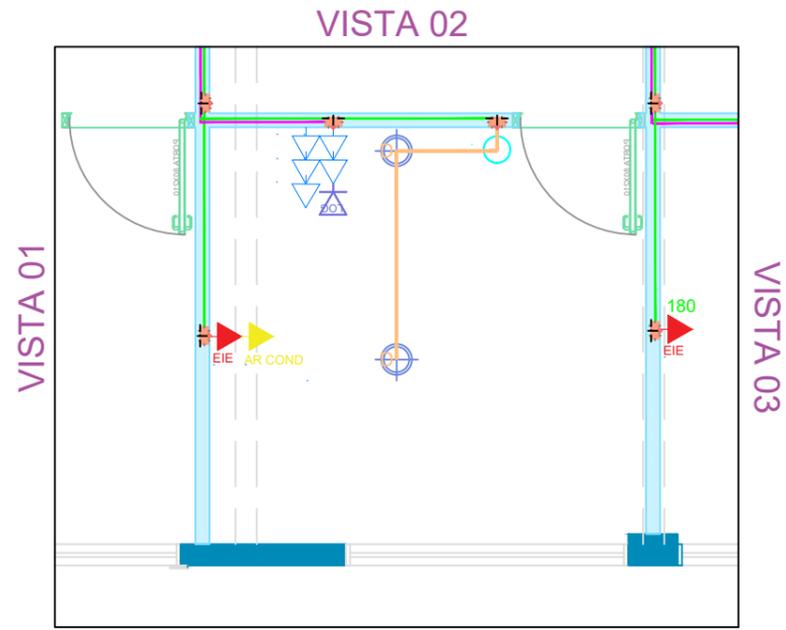
VISTA 01



VISTA 02



VISTA 03



VISTA 04

LEGENDA

CANALETA METÁLICA - DUTOTEC - FIXADA SOBRE PAREDES E LAJES	INTERRUPTOR h=110cm (eixo da caixa)
CANALETA PLÁSTICA - SISTEMA X - COLADA SOBRE PAREDES E LAJES	PONTO DE ELÉTRICA h=20cm (eixo da caixa)
ELETRODUTO CORRUGADO FLEXÍVEL EMBUTIDO EM PAREDES DE GESSO - PARA PASSAGEM DE REDE LÓGICA	PONTO DE ELÉTRICA h=110cm (eixo da caixa)
ELETRODUTO CORRUGADO FLEXÍVEL EMBUTIDO EM PAREDES DE GESSO - PARA PASSAGEM DE REDE ELÉTRICA	PONTO DE ELÉTRICA h=200 a 250cm - cf indicado
CAIXA 2X4 EMBUTIDA NA PAREDE DE GESSO - PARA INTERRUPTOR	PONTO DE ELÉTRICA PARA LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA h=200cm (eixo da caixa)
CAIXA 2X4 EMBUTIDA NA PAREDE DE GESSO - PARA TAMPA CEGA	PONTO DE ELÉTRICA PARA AR CONDICIONADO h= cf indicada
CAIXA 2X4 EMBUTIDA NA PAREDE DE GESSO - PARA TOMADAS	PONTO DE REDE LÓGICA H= cf indicada
CAIXA 2X4 POSICIONADA NA FACE OPOSTA DA PAREDE	PONTO DE ILUMINAÇÃO EM FORRO - cf projeto de iluminação
CAIXA 4X4 EMBUTIDA NA PAREDE DE GESSO - PARA TAMPA CEGA	CAIXA 4X4 EMBUTIDA EM PAREDE DE GESSO - VISTA SUPERIOR - com indicação do lado de abertura
CAIXA 4X4 POSICIONADA NA FACE OPOSTA DA PAREDE	ESQUEMA DE COMPARTILHAMENTO DE CAIXA ENTRE ELÉTRICA E LÓGICA
CAIXA 4X4 POSICIONADA LATERALMENTE PAREDE	REFROÇO EM PAREDE DE GESSO PARA INSTALAÇÃO DE EVAPORADORA SPLIT

OBRA: DEFENSORIA REGIONAL DE LAJEADO Av. Silva Paes, 333 - 337 - Centro Rio Grande / RS	CONTEÚDO TÉCNICO DA PRANCHA: PAREDES GESSO ACARTONADO (2º Pavimento) SALA 07	ESCALA: S/ E - A3	PRANCHA: 10/15
ASSUNTO: ALTERAÇÃO DE LAYOUT CHAMADO CSI 233742	RESPONSÁVEL PROJETO: Téc. Edificações Manoel Tolotti arq. Marcia Soldera	DATA: 04/10/2023	

Identificação interna do documento 2VB35D68FL-MRLZ6WQ2



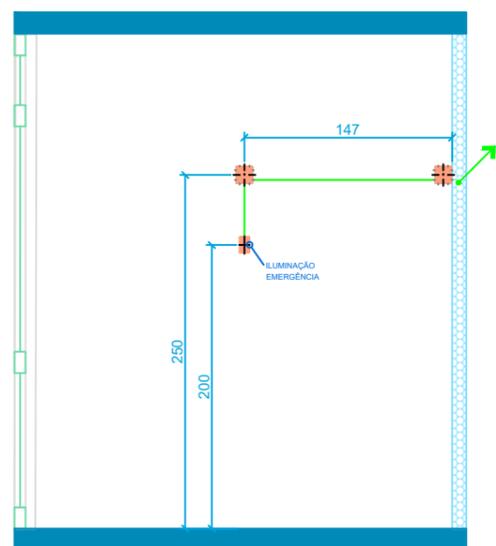
Nome do arquivo:

Proj_Paredes_Gesso_DPRLajeado_PRANCHA_10de15_2023102717
43482596793.pdf

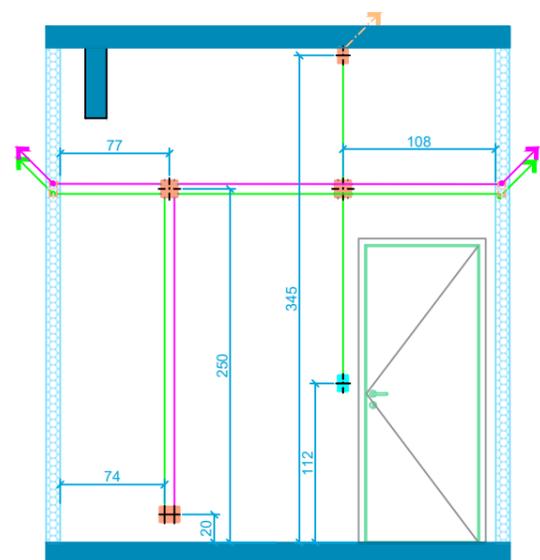
Data de vinculação ao processo: 27/10/2023 17:47

Autor: Marcus Vinicius de Mira Escouto (3859711)

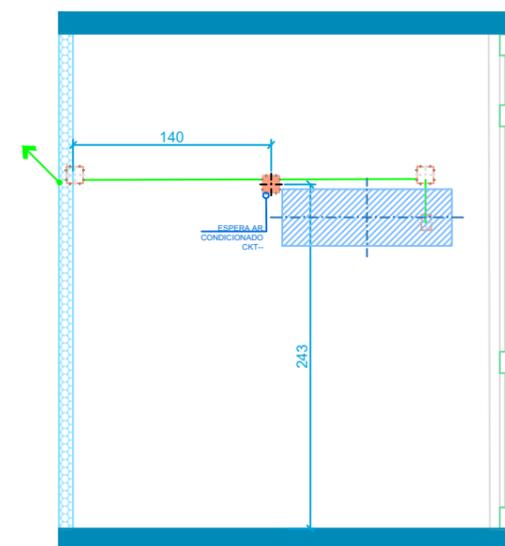
Processo: 445051



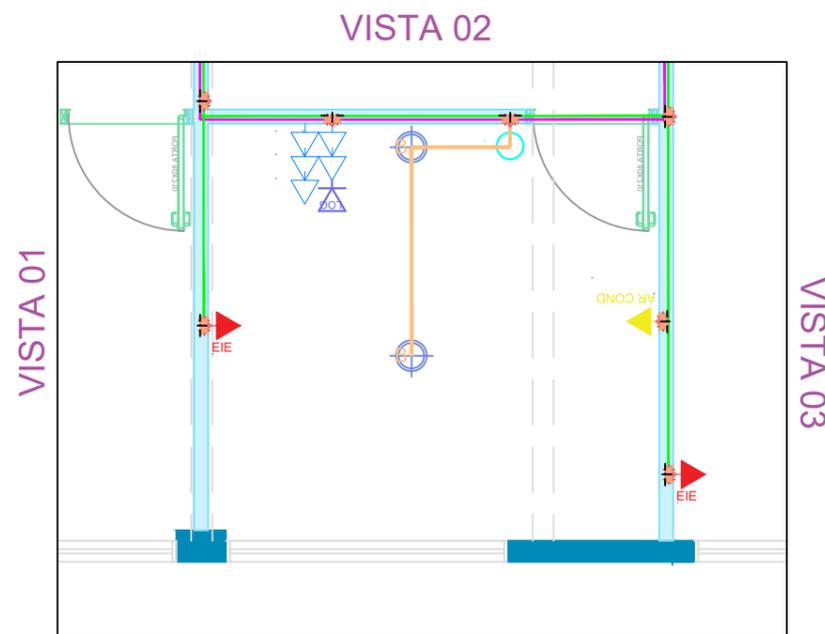
VISTA 01



VISTA 02



VISTA 03



VISTA 02

VISTA 01

VISTA 03

VISTA 04

LEGENDA

CANALETA METÁLICA - DUTOTEC - FIXADA SOBRE PAREDES E LAJES	INTERRUPTOR h=110cm (eixo da caixa)
CANALETA PLÁSTICA - SISTEMA X - COLADA SOBRE PAREDES E LAJES	PONTO DE ELÉTRICA h=20cm (eixo da caixa)
ELETRODUTO CORRUGADO FLEXÍVEL EMBUTIDO EM PAREDES DE GESSO - PARA PASSAGEM DE REDE LÓGICA	PONTO DE ELÉTRICA h=110cm (eixo da caixa)
ELETRODUTO CORRUGADO FLEXÍVEL EMBUTIDO EM PAREDES DE GESSO - PARA PASSAGEM DE REDE ELÉTRICA	PONTO DE ELÉTRICA h=200 a 250cm - cf indicado
CAIXA 2X4 EMBUTIDA NA PAREDE DE GESSO - PARA INTERRUPTOR	PONTO DE ELÉTRICA PARA LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA h=200cm (eixo da caixa)
CAIXA 2X4 EMBUTIDA NA PAREDE DE GESSO - PARA TAMPA CEGA	PONTO DE ELÉTRICA PARA AR CONDICIONADO h= cf indicada
CAIXA 2X4 EMBUTIDA NA PAREDE DE GESSO - PARA TOMADAS	PONTO DE REDE LÓGICA H= cf indicada
CAIXA 2X4 POSICIONADA NA FACE OPOSTA DA PAREDE	PONTO DE ILUMINAÇÃO EM FORRO - cf projeto de iluminação
CAIXA 4X4 EMBUTIDA NA PAREDE DE GESSO - PARA TAMPA CEGA	CAIXA 4X4 EMBUTIDA EM PAREDE DE GESSO - VISTA SUPERIOR - com indicação do lado de abertura
CAIXA 4X4 POSICIONADA NA FACE OPOSTA DA PAREDE	ESQUEMA DE COMPARTILHAMENTO DE CAIXA ENTRE ELÉTRICA E LÓGICA
CAIXA 4X4 POSICIONADA LATERALMENTE PAREDE	REFROÇO EM PAREDE DE GESSO PARA INSTALAÇÃO DE EVAPORADORA SPLIT

OBRA: DEFENSORIA REGIONAL DE LAJEADO Av. Silva Paes, 333 - 337 - Centro Rio Grande / RS	CONTEÚDO TÉCNICO DA PRANCHA: PAREDES GESSO ACARTONADO (2º Pavimento) SALA 08	ESCALA: S/ E - A3	PRANCHA: 11/15
ASSUNTO: ALTERAÇÃO DE LAYOUT CHAMADO CSI 233742	RESPONSÁVEL PROJETO: Téc. Edificações Manoel Tolotti arq. Marcia Soldera	DATA: 04/10/2023	

Identificação interna do documento JK9AQW4M02-COTBZQO2



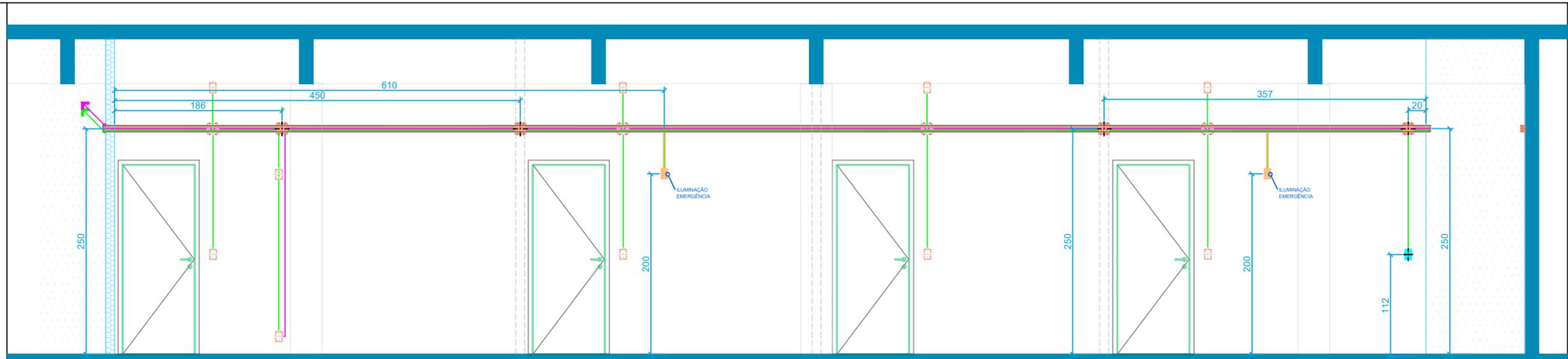
Nome do arquivo:

Proj_Paredes_Gesso_DPRLajeado_PRANCHA_11de15_2023102717
4348960590.pdf

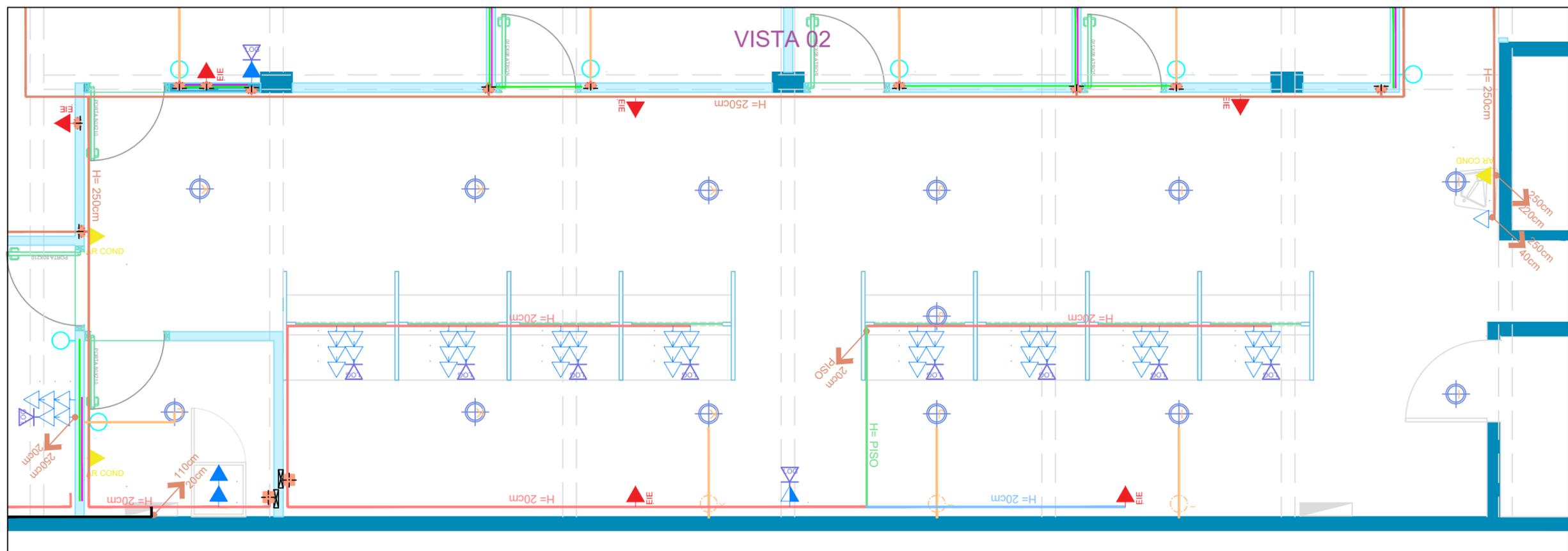
Data de vinculação ao processo: 27/10/2023 17:47

Autor: Marcus Vinicius de Mira Escouto (3859711)

Processo: 445051



VISTA 02



LEGENDA

- CANALETA METÁLICA - DUTOTEC - FIXADA SOBRE PAREDES E LAJES
- CANALETA PLÁSTICA - SISTEMA X - COLADA SOBRE PAREDES E LAJES
- ELETRODUTO CORRUGADO FLEXÍVEL EMBUTIDO EM PAREDES DE GESSO - PARA PASSAGEM DE REDE LÓGICA
- ELETRODUTO CORRUGADO FLEXÍVEL EMBUTIDO EM PAREDES DE GESSO - PARA PASSAGEM DE REDE ELÉTRICA
- INTERRUPTOR h=110cm (eixo da caixa)
- PONTO DE ELÉTRICA h=20cm (eixo da caixa)
- PONTO DE ELÉTRICA h=110cm (eixo da caixa)
- PONTO DE ELÉTRICA h=200 a 250cm - cf indicado
- PONTO DE ELÉTRICA PARA LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA h=200cm (eixo da caixa)

- CAIXA 2X4 EMBUTIDA NA PAREDE DE GESSO - PARA INTERRUPTOR
- CAIXA 2X4 EMBUTIDA NA PAREDE DE GESSO - PARA TOMADAS
- CAIXA 2X4 POSICIONADA NA FACE OPOSTA DA PAREDE
- CAIXA 4X4 EMBUTIDA NA PAREDE DE GESSO - PARA TAMPA CEGA
- CAIXA 4X4 POSICIONADA NA FACE OPOSTA DA PAREDE
- CAIXA 4X4 POSICIONADA LATERALMENTE PAREDE
- PONTO DE ELÉTRICA PARA AR CONDICIONADO h= cf indicada
- PONTO DE REDE LÓGICA H= cf indicada
- PONTO DE ILUMINAÇÃO EM FORRO - cf projeto de iluminação
- CAIXA 4X4 EMBUTIDA EM PAREDE DE GESSO - VISTA SUPERIOR - com indicação do lado de abertura
- ESQUEMA DE COMPARTILHAMENTO DE CAIXA ENTRE ELÉTRICA E LÓGICA
- REFROÇO EM PAREDE DE GESSO PARA INSTALAÇÃO DE EVAPORADORA SPLIT

OBRA: DEFENSORIA REGIONAL DE LAJEADO Av. Silva Paes, 333 - 337 - Centro Rio Grande / RS	CONTEÚDO TÉCNICO DA PRANCHA: PAREDES GESSO ACARTONADO (2º Pavimento) SALA 09
ASSUNTO: ALTERAÇÃO DE LAYOUT CHAMADO CSI 233742	RESPONSÁVEL PROJETO: Téc. Edificações Manoel Tolotti arq. Marcia Soldera

ESCALA: S/ E - A3	PRANCHA: 12/15
DATA: 04/10/2023	

Identificação interna do documento G73WB9D6GU-BN17O8O2



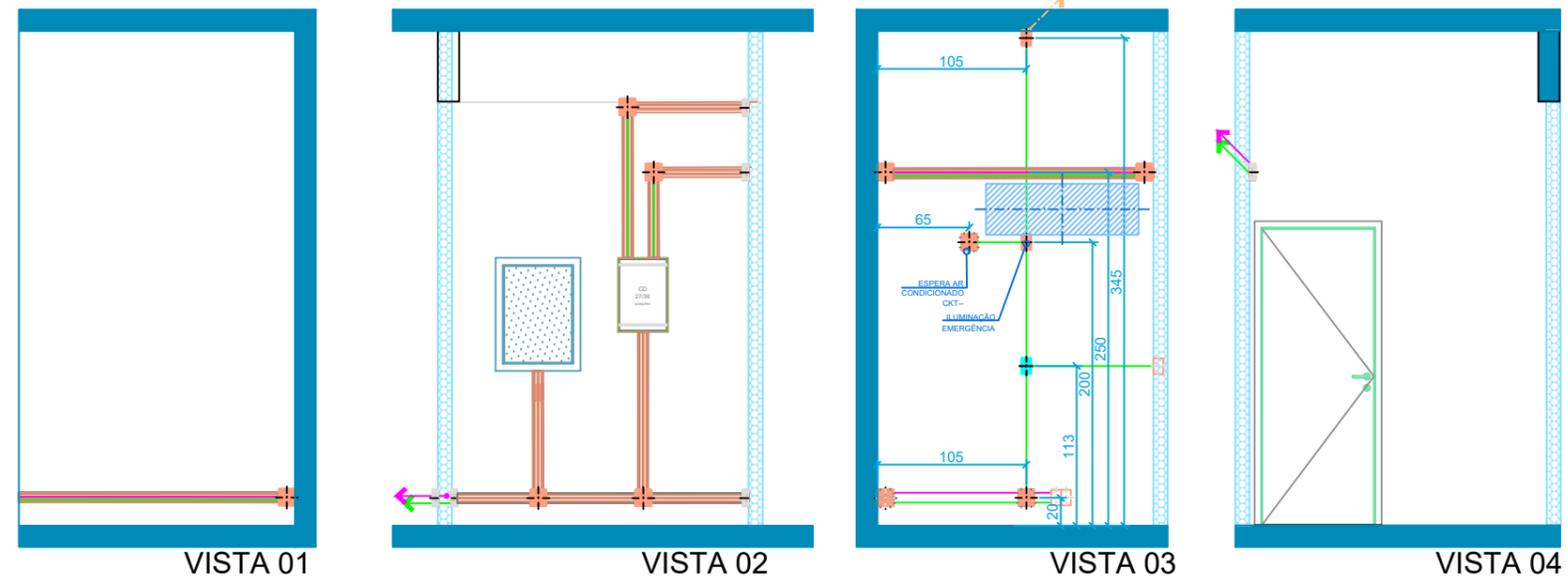
Nome do arquivo:

Proj_Paredes_Gesso_DPRLajeado_PRANCHA_12de15_2023102717
4348644945.pdf

Data de vinculação ao processo: 27/10/2023 17:47

Autor: Marcus Vinicius de Mira Escouto (3859711)

Processo: 445051



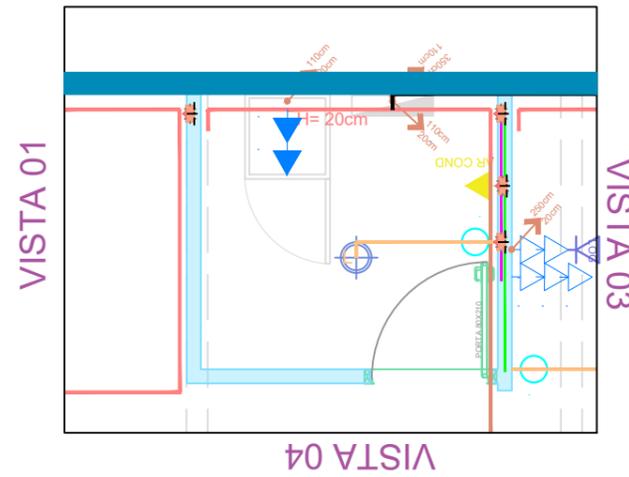
VISTA 01

VISTA 02

VISTA 03

VISTA 04

VISTA 02



VISTA 01

VISTA 03

VISTA 04

LEGENDA

CANALETA METÁLICA - DUTOTEC - FIXADA SOBRE PAREDES E LAJES	INTERRUPTOR h=110cm (eixo da caixa)
CANALETA PLÁSTICA - SISTEMA X - COLADA SOBRE PAREDES E LAJES	PONTO DE ELÉTRICA h=20cm (eixo da caixa)
ELETRODUTO CORRUGADO FLEXÍVEL EMBUTIDO EM PAREDES DE GESSO - PARA PASSAGEM DE REDE LÓGICA	PONTO DE ELÉTRICA h=110cm (eixo da caixa)
ELETRODUTO CORRUGADO FLEXÍVEL EMBUTIDO EM PAREDES DE GESSO - PARA PASSAGEM DE REDE ELÉTRICA	PONTO DE ELÉTRICA h=200 a 250cm - cf indicado
CAIXA 2X4 EMBUTIDA NA PAREDE DE GESSO - PARA INTERRUPTOR	PONTO DE ELÉTRICA PARA LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA h=200cm (eixo da caixa)
CAIXA 2X4 EMBUTIDA NA PAREDE DE GESSO - PARA TAMPA CEGA	PONTO DE ELÉTRICA PARA AR CONDICIONADO h= cf indicada
CAIXA 2X4 EMBUTIDA NA PAREDE DE GESSO - PARA TOMADAS	PONTO DE REDE LÓGICA H= cf indicada
CAIXA 2X4 POSICIONADA NA FACE OPOSTA DA PAREDE	PONTO DE ILUMINAÇÃO EM FORRO - cf projeto de iluminação
CAIXA 4X4 EMBUTIDA NA PAREDE DE GESSO - PARA TAMPA CEGA	CAIXA 4X4 EMBUTIDA EM PAREDE DE GESSO - VISTA SUPERIOR - com indicação do lado de abertura
CAIXA 4X4 POSICIONADA NA FACE OPOSTA DA PAREDE	ESQUEMA DE COMPARTILHAMENTO DE CAIXA ENTRE ELÉTRICA E LÓGICA
CAIXA 4X4 POSICIONADA LATERALMENTE PAREDE	REFROÇO EM PAREDE DE GESSO PARA INSTALAÇÃO DE EVAPORADORA SPLIT

OBRA: DEFENSORIA REGIONAL DE LAJEADO Av. Silva Paes, 333 - 337 - Centro Rio Grande / RS	CONTEÚDO TÉCNICO DA PRANCHA: PAREDES GESSO ACARTONADO (2º Pavimento) SALA 10	ESCALA: S/ E - A3	PRANCHA: 13/15
ASSUNTO: ALTERAÇÃO DE LAYOUT CHAMADO CSI 233742	RESPONSÁVEL PROJETO: Téc. Edificações Manoel Tolotti arq. Marcia Soldera	DATA: 04/10/2023	

Identificação interna do documento 43JP6RVE8B-5SQRDZ32



Nome do arquivo:

Proj_Paredes_Gesso_DPRLajeado_PRANCHA_13de15_2023102717
43484548640.pdf

Data de vinculação ao processo: 27/10/2023 17:47

Autor: Marcus Vinicius de Mira Escouto (3859711)

Processo: 445051

Identificação interna do documento 3ITAFZHIUE-J3TLSHE2



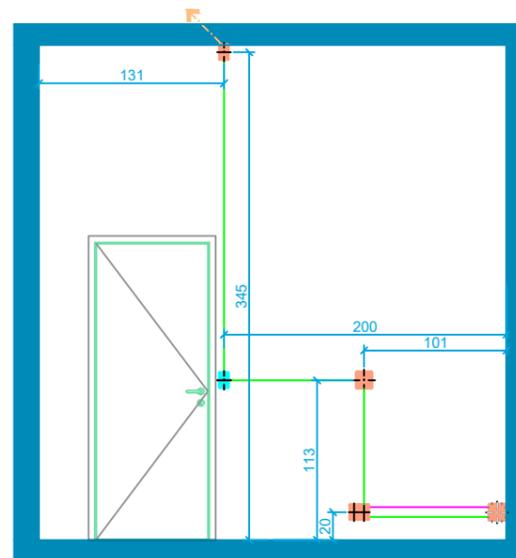
Nome do arquivo:

Proj_Paredes_Gesso_DPRLajeado_PRANCHA_14de15_2023102717
43484548640.pdf

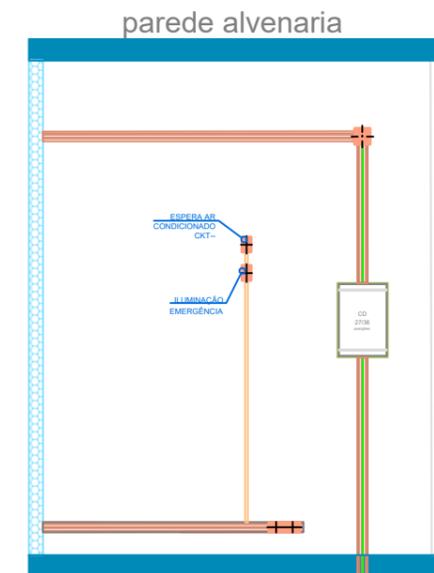
Data de vinculação ao processo: 27/10/2023 17:47

Autor: Marcus Vinicius de Mira Escouto (3859711)

Processo: 445051

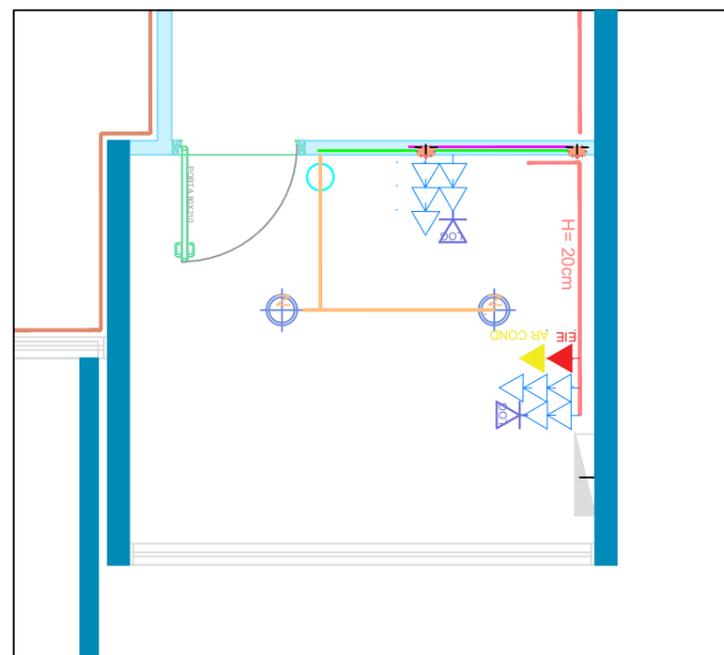


VISTA 01



VISTA 02

VISTA 02



VISTA 03

VISTA 01

VISTA 04

LEGENDA

CANALETA METÁLICA - DUTOTEC - FIXADA SOBRE PAREDES E LAJES	INTERRUPTOR h=110cm (eixo da caixa)
CANALETA PLÁSTICA - SISTEMA X - COLADA SOBRE PAREDES E LAJES	PONTO DE ELÉTRICA h=20cm (eixo da caixa)
ELETRODUTO CORRUGADO FLEXÍVEL EMBUTIDO EM PAREDES DE GESSO - PARA PASSAGEM DE REDE LÓGICA	PONTO DE ELÉTRICA h=110cm (eixo da caixa)
ELETRODUTO CORRUGADO FLEXÍVEL EMBUTIDO EM PAREDES DE GESSO - PARA PASSAGEM DE REDE ELÉTRICA	PONTO DE ELÉTRICA h=200 a 250cm - cf indicado
CAIXA 2X4 EMBUTIDA NA PAREDE DE GESSO - PARA INTERRUPTOR	PONTO DE ELÉTRICA PARA LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA h=200cm (eixo da caixa)
CAIXA 2X4 EMBUTIDA NA PAREDE DE GESSO - PARA TAMPA CEGA	PONTO DE ELÉTRICA PARA AR CONDICIONADO h= cf indicada
CAIXA 2X4 EMBUTIDA NA PAREDE DE GESSO - PARA TOMADAS	PONTO DE REDE LÓGICA H= cf indicada
CAIXA 2X4 POSICIONADA NA FACE OPOSTA DA PAREDE	PONTO DE ILUMINAÇÃO EM FORRO - cf projeto de iluminação
CAIXA 4X4 EMBUTIDA NA PAREDE DE GESSO - PARA TAMPA CEGA	CAIXA 4X4 EMBUTIDA EM PAREDE DE GESSO - VISTA SUPERIOR - com indicação do lado de abertura
CAIXA 4X4 POSICIONADA NA FACE OPOSTA DA PAREDE	ESQUEMA DE COMPARTILHAMENTO DE CAIXA ENTRE ELÉTRICA E LÓGICA
CAIXA 4X4 POSICIONADA LATERALMENTE PAREDE	REFROÇO EM PAREDE DE GESSO PARA INSTALAÇÃO DE EVAPORADORA SPLIT

OBRA: DEFENSORIA REGIONAL DE LAJEADO Av. Silva Paes, 333 - 337 - Centro Rio Grande / RS	CONTEÚDO TÉCNICO DA PRANCHA: PAREDES GESSO ACARTONADO (2º Pavimento) SALA 12	ESCALA: S/ E - A3	PRANCHA: 15/15
ASSUNTO: ALTERAÇÃO DE LAYOUT CHAMADO CSI 233742	RESPONSÁVEL PROJETO: Téc. Edificações Manoel Tolotti arq. Marcia Soldera	DATA: 04/10/2023	

Identificação interna do documento IGKC7YV2R4-YEBOR8I2



Nome do arquivo:

Proj_Paredes_Gesso_DPRLajeado_PRANCHA_15de15_2023102717
43484548640.pdf

Data de vinculação ao processo: 27/10/2023 17:47

Autor: Marcus Vinicius de Mira Escouto (3859711)

Processo: 445051



CAU/BR Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

RRT 13769270

Registro de Responsabilidade Técnica - RRT

1. RESPONSÁVEL TÉCNICO

Nome Civil/Social: MARCUS VINICIUS DE MIRA ESCOUTO
Título Profissional: Arquiteto(a) e Urbanista

CPF: 005.XXX.XXX-32
Nº do Registro: 000A855073

2. DETALHES DO RRT

Nº do RRT: SI13769270I00CT001
Data de Cadastro: 30/11/2023
Data de Registro: 30/11/2023

Modalidade: RRT SIMPLES
Forma de Registro: INICIAL
Forma de Participação: INDIVIDUAL

2.1 Valor da(s) taxa(s)

Valor da(s) taxa(s): R\$115,18 Boleto nº 19300126 Pago em: 30/11/2023

3. DADOS DO SERVIÇO/CONTRATANTE

3.1 Serviço 001

Contratante: Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul
Tipo: Órgão Público
Valor do Serviço/Honorários: R\$0,00

CPF/CNPJ: 74.XXX.XXX/0001-50
Data de Início: 30/11/2023
Data de Previsão de Término: 15/12/2023

3.1.1 Endereço da Obra/Serviço

País: Brasil
Tipo Logradouro: R
Logradouro: JULIO DE CASTILHOS
Bairro: CENTRO

CEP: 95900170
Nº: 478
Complemento:
Cidade/UF: LAJEADO/RS

3.1.2 Atividade(s) Técnica(s)

Grupo: PROJETO
Atividade: 1.4.1 - Projeto de arquitetura de interiores

Quantidade: 158,25
Unidade: metro quadrado

3.1.3 Tipologia

Tipologia: Corporativo ou Administrativo

3.1.4 Descrição da Obra/Serviço

Projeto de paredes de gesso acartonado e rede seca de lógica e elétrica para a Defensoria Pública Regional de Lajeado.

3.1.5 Declaração de Acessibilidade

Declaro o atendimento às regras de acessibilidade previstas em legislação e em normas técnicas pertinentes para as edificações abertas ao público, de uso público ou privativas de uso coletivo, conforme § 1º do art. 56 da Lei nº 13146, de 06 de julho de 2015.

4. RRT VINCULADO POR FORMA DE REGISTRO

Nº do RRT	Contratante	Forma de Registro	Data de Registro
-----------	-------------	-------------------	------------------





CAU/BR Conselho de Arquitetura
e Urbanismo do Brasil

Registro de Responsabilidade Técnica - RRT

RRT 13769270

SI13769270I00CT001

**Defensoria Pública do Estado do Rio
Grande do Sul**

INICIAL

30/11/2023

5. DECLARAÇÃO DE VERACIDADE

Declaro para os devidos fins de direitos e obrigações, sob as penas previstas na legislação vigente, que as informações cadastradas neste RRT são verdadeiras e de minha responsabilidade técnica e civil.

6. ASSINATURA ELETRÔNICA

Documento assinado eletronicamente por meio do SICCAU do arquiteto(a) e urbanista MARCUS VINICIUS DE MIRA ESCOUTO, registro CAU nº 000A855073, na data e hora: 30/11/2023 16:32:22, com o uso de login e de senha. O **CPF/CNPJ** está oculto visando proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural (**LGPD**)

A autenticidade deste RRT pode ser verificada em: <https://siccau.caubr.gov.br/app/view/sight/externo?form=Servicos>, ou via QRCode.

A autenticidade deste RRT pode ser verificada em: <https://siccau.caubr.gov.br/app/view/sight/externo?form=Servicos>, ou via QRCode.
Documento Impresso em: 01/12/2023 às 09:41:31 por: siccau, ip 10.244.171.173.





Nome do documento: RRT_Paredes de Lajeado_Marcus.pdf

Documento assinado por	Órgão/Grupo/Matrícula	Data
Marcus Vinicius De Mira Escouto	DEFPUB / UPROJ / 385971101	01/12/2023 09:32:04





ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO

Termo de Contrato de Prestação de Serviços celebrado entre a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO do Rio Grande do Sul e a [CONTRATADA], para consecução do objeto descrito na Cláusula Primeira.

Expediente nº: XX.30.00-XXXXXXX-X

Contrato celebrado entre a **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 74.704.636/0001-50, estabelecida na Rua Sete de Setembro, nº 666, representada neste ato por seu representante competente pelo ato, doravante denominada **CONTRATANTE**, e (pessoa jurídica), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº, estabelecida no(a) (endereço), representada neste ato por (representante da CONTRATADA), RG nº ... inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o nº, doravante denominada **CONTRATADA**, para a aquisição dos bens referidos na Cláusula Primeira - Do Objeto, em decorrência do Pregão Eletrônico nº .../..., processo administrativo nº (número/ano), mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a [Reproduzir o texto do item 1 Objeto do Anexo II – TERMO DE REFERÊNCIA], que serão prestados nas condições estabelecidas **Anexo II – Termo de Referência**.
- 1.2. Este contrato vincula-se ao Edital, identificado no preâmbulo, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

- 2.1. O preço da execução do serviço contratado é de R\$_____ (_____), constante da proposta vencedora da licitação, entendido este como preço justo e suficiente para a total execução do presente objeto.
- 2.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO RECURSO FINANCEIRO

3.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta do seguinte recurso financeiro:

[Reproduzir texto do Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 22.1)]

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL E LOCAL DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

4.1. O prazo de execução do contrato é [Reproduzir prazo do Anexo II – Termo de Referência], a contar do recebimento da nota de empenho ou documento equivalente emitida pela CONTRATANTE.

4.2. O prazo de duração do presente contrato é adstrito ao aceite definitivo do objeto, e será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período do presente contrato.

4.3. O recebimento dos serviços pela CONTRATANTE se dará conforme o artigo 140 da Lei nº 14.133/2021 e nos prazos estabelecidos no Termo de Referência.

4.4. O prazo para envio da nota de empenho ou documento equivalente será de até 20 (vinte) dias a contar da publicação da súmula do contrato no Diário Eletrônico da Defensoria.

CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA DO CONTRATO

5.1. [Reproduzir Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 24.1.)]

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será feito contra Nota de Empenho, no prazo de até 30 (trinta) dias, mediante apresentação da Nota Fiscal ou da Fatura pelo contratado, via e-mail ao setor fiscal e deverá conter o detalhamento do serviço executado.

6.2. Por tratar-se de prestação de serviços, a CONTRATADA deverá emitir somente Nota Fiscal de Prestação de Serviço.

6.3. Considerando o disposto no Decreto nº 56.662/2022, as notas fiscais emitidas a partir de 1º de janeiro de 2023 deverão observar as regras de retenção para o Imposto de Renda contidas na IN RFB 1234/2012.

6.3.1. No documento fiscal, no Campo "retenções federais" deve constar apenas o valor do IRRF, pois o Estado não possui convênio com a União para retenção e repasse dos demais tributos federais (PIS/COFINS/CSLL).

6.4. Para os fornecimentos beneficiados por isenção de ICMS com fundamento no inciso CXX, art. 9º do Decreto Estadual nº 37.699, de 26 de agosto de 1997, deverá ser feita a indicação do valor do desconto e do respectivo número do empenho no documento fiscal, conforme nota 03 do mesmo inciso.

6.5. O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da licitação e, nos casos em que a emissão for de outro estabelecimento da

empresa, o documento deverá vir acompanhado das certidões negativas relativas à regularidade fiscal.

6.5.1. Quando o documento for de outro estabelecimento localizado fora do Estado, será exigida também certidão negativa relativa à Regularidade Fiscal junto à Fazenda Estadual do Rio Grande do Sul independente da localização da sede ou filial do licitante vencedor.

6.6. Na fase da liquidação da despesa, deverá ser efetuada consulta ao CADIN/RS para fins de comprovação do cumprimento da relação contratual estabelecida nos termos do disposto no artigo 92, inciso XVI, da Lei federal nº 14.133/2021;

6.6.1. Constatando-se situação de irregularidade da CONTRATADA junto ao CADIN/RS, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

6.6.2. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE poderá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

6.7. A CONTRATANTE poderá reter do valor da fatura da CONTRATADA a importância devida, até a regularização de suas obrigações contratuais.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

7.1. Os valores do presente contrato não pagos na data prevista serão corrigidos até a data do efetivo pagamento, pro rata die, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC, ou outro que venha a substituí-lo.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE DO PREÇO

8.1. O contrato será reajustado, observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data-base do orçamento estimado.

8.1.1. Considera-se data-base, para fins de reajuste, a data de. [Reproduzir texto do Anexo I – FOLHA DE DADOS (CGL 21.2)]

8.1.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.2. O valor do contrato será reajustado, em consequência da variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC, de acordo com a fórmula abaixo:

$$R = P0 \times [(IPCA_n / IPCA_0) - 1]$$

Onde:

R = Parcela de reajuste;

P0 = Preço inicial do contrato no mês data da elaboração do valor estimado da licitação. ou preço do contrato no mês de aplicação do último reajuste;

IPCA_n = Número do índice IPCA referente ao mês do reajuste;



IPCA0 = Número do índice IPCA referente ao mês da data da elaboração do valor estimado da licitação ou último reajuste, conforme o caso.

CLÁUSULA NONA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

9.1. Caso o contratado pleiteie o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, fica o CONTRATANTE obrigado a responder em até 30 (trinta) dias da data do requerimento.

9.1.1. O não cumprimento do prazo constante no item 9.1 não implica em deferimento do pedido por parte do CONTRATANTE.

9.2. Todos os documentos necessários à apreciação do pedido deverão ser apresentados juntamente com o requerimento.

9.3. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, conforme parágrafo único do art. 131 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA– DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. São obrigações da CONTRATADA:

10.1.1. Executar os serviços conforme especificações contidas no Anexo II – Termo de Referência e de sua proposta.

10.1.2. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar a CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.

10.1.3. Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais, previdenciárias, trabalhistas e comerciais decorrentes da execução do presente contrato.

10.1.4. Apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor pertinente ao objeto e às obrigações assumidas na presente licitação, bem como, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

10.1.5. Responder diretamente por quaisquer perdas, danos ou prejuízos que vierem a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, na execução do contrato, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

10.1.6. Atender integralmente o Termo de Referência.

10.1.7. O Contratado deverá comprovar que possui Programa de Integridade se o prazo de vigência a que se refere a Cláusula 4.1 for igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias e o valor total da contratação a que se refere a Cláusula 2.1 for superior ao valor de R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais), atualizado pela variação da UPF/RS até o ano da assinatura do contrato, conforme art. 7º da Instrução Normativa CAGE nº 6, de 23 de dezembro de 2021.



10.1.7.1. A comprovação da exigência de Programa de Integridade se dará com a apresentação do Certificado de Apresentação de Programa de Integridade, fornecido pela Contadoria e Auditoria-Geral do Estado.

10.1.7.2. Caso o contratado seja um consórcio de empresas, a empresa líder do consórcio deverá obter o Certificado de Apresentação do Programa de Integridade.

10.1.7.3. Será de 180 (cento e oitenta) dias corridos, a contar da data de celebração do contrato, o prazo para obter o Certificado de Apresentação do Programa de Integridade.

10.1.7.4. Caberá ao contratado custear as despesas relacionadas à implantação do Programa de Integridade.

10.1.7.5. Observar-se-á, para a apresentação e avaliação do Programa de Integridade, as disposições da Lei nº 15.228, de 25 de setembro de 2018, do Decreto nº 55.631, de 9 de dezembro de 2020, e da Instrução Normativa CAGE nº 6, de 23 de dezembro de 2021.

10.1.8. Atender às seguintes obrigações, decorrentes da Lei Federal nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD:

10.1.8.1. Garantir que a gestão dos dados pessoais decorrentes do contrato ocorra com base nas Diretrizes e Normas Gerais da LGPD, que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

10.1.8.2. Garantir que os dados pessoais envolvidos no objeto deste contrato não serão utilizados para compartilhamento com terceiros alheios ao objeto de contratação, tampouco utilizados para finalidade avessa à estipulada por este documento, salvo casos previstos em lei.

10.1.8.3. Garantir que os dados regulamentados pela LGPD estarão armazenados dentro do território nacional, salvo exceções de comum acordo com a CONTRATANTE.

10.1.8.4. Se abster de analisar o comportamento dos titulares dos dados regulados pela LGPD, com o objetivo de divulgação a terceiros, conduta esta que é expressamente vedada pelo presente contrato.

10.1.8.5. Garantir que a execução do objeto da contratação esteja plenamente adequada à LGPD, permitindo auditorias solicitadas pela CONTRATANTE.

10.1.9. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

10.1.10. Atender as demais obrigações previstas no Anexo II – Termo de Referência.

CLÁUSULA ONZE – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. São obrigações da CONTRATANTE:

11.1.1. Exercer o acompanhamento e o recebimento do serviço, por servidores designados para esse fim, anotando em registro próprio as falhas detectadas.

11.1.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

11.1.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da vigência contratual, fixando prazo para a sua correção.

11.1.4. Aplicar, garantidos a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais.

11.1.5. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da execução do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

CLÁUSULA DOZE – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Das Infrações Administrativas

12.1.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

12.1.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

12.1.1.4. Enseje o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação, sem motivo justificado;

12.1.1.5. Apresente declaração ou documentação falsa ou preste declaração falsa durante a execução do contrato;

12.1.1.6. Pratique ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.1.7. Comporte-se de modo inidôneo ou cometa fraude de qualquer natureza; ou pratique ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Do Processo Administrativo e das Sanções Administrativas

12.2.1. A aplicação de quaisquer das penalidades aqui previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente na Lei Estadual nº 15.612, de 6 de maio de 2021.

12.2.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, as seguintes sanções:

12.2.2.1. Advertência, para a infração prevista na subcláusula 12.1.1.1., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.2.2.2. Multa, nas modalidades:

12.2.2.2.1. Compensatória, de até 10% sobre o valor do contrato, para quaisquer das infrações previstas na subcláusula 12.1.1.2.;

12.2.2.2.2. Compensatória, de até 20% sobre o valor da parcela inadimplida, para quaisquer das infrações previstas nas subcláusulas 12.1.1.3 e 12.1.1.5;

12.2.2.2.3. Compensatória, de até 30% sobre o valor da parcela inadimplida, para quaisquer das infrações previstas nas subcláusulas 12.1.1.6 e 12.1.1.7;

12.2.2.2.4. Moratória, pelo atraso injustificado na execução do contrato, de até 0,5% por dia de atraso injustificado sobre o valor do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias;

12.2.2.2.5. Moratória, pela não obtenção do Certificado de Apresentação de Programa de Integridade dentro do prazo referido na Cláusula 10.1.7.3 de até 0,02% por dia de atraso sobre o valor do contrato, até o limite de 10%.

12.2.2.2.6. Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado do Rio Grande do Sul, por até dois anos, para as infrações previstas nas subcláusulas 12.1.1.2 e 12.1.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.2.2.2.7. Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado do Rio Grande do Sul, por até três anos, para as infrações previstas na subcláusula 12.1.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, para as infrações previstas nas subcláusulas 12.1.1.5 a 12.1.1.7.

12.3. Da Aplicação das Sanções

12.3.1. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

12.3.2. A aplicação de sanções não exime o Contratado da obrigação de reparar os danos, perdas ou prejuízos que venha a causar a Defensoria.

12.3.2.1. O valor previsto a título de multa compensatória será tido como mínimo da indenização devida à título de perdas e danos, competindo ao CONTRATANTE provar o prejuízo excedente, nos termos do art. 416 do Código Civil - Lei nº 10.406/2002.

12.3.3. A multa de mora poderá ser convertida em multa compensatória, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Edital.

12.3.4. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

12.3.5. O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no instrumento, poderá ser extinto unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados nos incisos do caput do art. 137 da Lei federal nº 14.133/2021.

12.3.6. As sanções previstas neste item não elidem a aplicação das penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme o disposto no seu art. 30, nos arts. 337-E a 337- P, Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), ou na Lei estadual nº 15.228, de 25 de setembro de 2018, em especial seu art. 41.

12.3.7. Serão reputados como inidôneos atos como os descritos nos arts.337-F, 337-I, 337-J, 337-K, 337-L e no art. 337-M, §§ 1º e 2º, do Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

12.3.8. As sanções de suspensão e de declaração de inidoneidade levam à inclusão do licitante no CFIL/RS.

12.3.9. A multa de mora poderá ser convertida em multa compensatória, quando a primeira não se revelar suficiente, sem prejuízo da aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Edital.

12.3.10. A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

12.3.11. Se os valores das faturas e da garantia forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

12.3.12. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

12.3.13. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.4. Da Execução da Garantia Contratual

12.4.1. O valor da multa poderá ser descontado da garantia contratual.

12.4.2. Se a multa for de valor superior ao da garantia prestada, além da perda desta, responderá o Contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE.

12.4.3. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, essa deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias, contado da solicitação do CONTRATANTE.

12.4.4. A previsão de multa compensatória não elide eventual cobrança de perdas e danos, cujo valor previsto a título de multa será tido como mínimo da indenização, competindo ao CONTRATANTE provar o prejuízo excedente, conforme previsto no art. 416 do Código Civil - Lei nº 10.406/2002).

12.4.5. Em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

CLÁUSULA TREZE – DA EXTINÇÃO

13.1. O presente Contrato poderá ser extinto antecipadamente por interesse da Administração nas hipóteses do art. 137 com as consequências previstas no art. 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo a decisão ser formalmente motivada, assegurando-se ao contratado o contraditório e a ampla defesa.

13.2. O presente Contrato poderá ser extinto antecipadamente por interesse do contratado nas hipóteses do art. 137 §2º com as consequências previstas no art. 138 §2º da Lei 14.133/2021.

13.3. A extinção antecipada do contrato deverá observar os seguintes requisitos:

13.3.1. Levantamento dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.3.3. Apuração de indenizações e multas;

13.3.4. Notificação dos emitentes da garantia prevista na cláusula quinta deste contrato, quando cabível.

CLÁUSULA CATORZE – DAS VEDAÇÕES

14.1. É vedado ao contratado:

14.1.1. Caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira;

14.1.2. Interromper a execução do serviço sob alegação de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA QUINZE – DAS ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DEZESSEIS – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

16.1. A fiscalização do presente contrato caberá à área requisitante do objeto, indicada no **Anexo II - Termo de Referência** do Edital, a qual deverá, oportunamente, indicar fiscal, que será formalmente designado para acompanhar o recebimento do objeto.

16.2. A fiscalização referida no item 16.1 será exercida no interesse da CONTRATANTE.

16.3. Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do contrato deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

16.4. A fiscalização da CONTRATANTE, em especial, terá o dever de verificar a qualidade dos componentes e acessórios fornecidos, podendo exigir a sua substituição quando estes não atenderem aos termos do que foi proposto e contratado, sem que assista à CONTRATADA qualquer indenização pelos custos daí decorrentes.

16.5. Competirá ao Fiscal do Contrato acionar a garantia do objeto contratado, caso haja necessidade.

CLÁUSULA DEZESSETE – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DEZOITO – DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

18.1. Se qualquer das partes relevar eventual falta relacionada com a execução deste contrato, tal fato não significa liberação ou desoneração a qualquer delas.

18.2. As partes considerarão cumprido o contrato no momento em que todas as obrigações aqui estipuladas estiverem efetivamente satisfeitas, nos termos de direito e aceitas pelo CONTRATANTE.

18.3. Haverá consulta prévia ao CADIN/RS, pelo órgão ou entidade competente, nos termos da Lei nº 10.697/1996, regulamentada pelo Decreto nº 36.888/1996.

18.4. O presente contrato somente terá eficácia após a assinatura das partes e divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

18.4.1. Nos casos de urgência, a eficácia se dará a partir da assinatura das partes, permanecendo a exigência da divulgação no PNCP no prazo de 10 dias úteis.

18.5. As partes devem cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste contrato, respondendo pelas consequências de sua inexecução parcial ou total.

CLÁUSULA DEZENOVE - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. Fica eleito o Foro de Porto Alegre, como o competente para dirimir quaisquer questões advindas deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas: (dispensadas em caso de assinatura digital certificada).

1. _____

2. _____

Nome legível:

Nome legível:

CPF nº:

CPF nº:



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ANEXO IV
AUTORIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO - AES

AUTORIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO

Número da Autorização:		Data da Emissão:	
Número do Processo:		Unidade responsável pelo recebimento	
Procedimento Contratação:			
Número do Contrato:		Nome do Responsável (Fiscal)	Telefone
Número do Empenho:			

Fornecedor:	CNPJ:	
Endereço:	Cidade:	UF:
Representante:	Tel:	E-mail:

Lote	Item	Especificação	Marca/Modelo	Un.	Quant.	Valor	
						Unitário	Total

Nº de Itens	Prazo de Entrega	Condições de Pagamento	SUBTOTAL:
			TOTAL:

Local de Entrega:	Cidade:	Tel:
--------------------------	----------------	-------------

ATENÇÃO: As mercadorias somente serão recebidas mediante a apresentação da Nota Fiscal. As Notas Fiscais não poderão conter itens de processos diferentes. Os objetos serão recebidos provisoriamente conforme estabelecido no Termo de Referência.

Considerando o disposto no Decreto nº 56.662/2022, as notas fiscais emitidas a partir de 1º de janeiro de 2023 deverão observar as regras de retenção para o Imposto de Renda contidas na IN RFB 1234/2012.

No Documento Fiscal, no Campo "retenções federais" deve constar apenas o valor do IRRF, pois o Estado não possui convênio com a União para retenção e repasse dos demais tributos federais (PIS/COFINS/CSLL).

OBSERVAÇÕES: O pagamento deverá ser efetuado mediante a apresentação de Nota Fiscal ou da Fatura pela CONTRATADA no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal. O documento fiscal deverá ser protocolizado via e-mail ao setor do fiscal e deverá conter o detalhamento do serviço executado.

Informação para faturamento	Ciência em:
Rua Sete de Setembro, nº 666 – 6º andar, em Porto Alegre/RS, CEP 90.010-190	Responsável da Empresa:
CNPJ: 74.704.636/0001-50	Insc. Estadual: ISENTA
Autoridade Competente	Nome e Assinatura

Contratação submetida ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Resolução DPGE nº 23/2023, aplicando-se quando cabível as exigências da minuta do contrato da referida Dispensa de Licitação, em especial ao disposto na cláusula doze – Das Infrações e Sanções Administrativas.

ANEXO V - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2024

O objeto da presente proposta é a execução de serviços abaixo relacionados, para a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul – DPE-RS, nos termos do Pregão Eletrônico nº 01/2024.

Ofertamos os seguintes valores, conforme relacionado a seguir, incluídas todas as despesas como as de encargos fiscais, comerciais, sociais, trabalhistas, fretes e outros pertinentes ao objeto:

Lote	Descrição	Quantidade	Especificação	Valor Unitário	Valor Total

CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

Prazo de Execução:

Validade da Proposta:

Garantia do Serviço:

DADOS DA EMPRESA E CONTATO

Nome da empresa:

Endereço:

Telefone:

Fax:

E-mail da empresa:

Nome do contato:

Fone (caso distinto do informado acima):

E-mail do contato:

DADOS BANCÁRIOS

Banco:

Agência:

Conta:

Assinatura do Representante Legal



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ANEXO VI - ANÁLISE CONTÁBIL DA CAPACIDADE FINANCEIRA DE LICITANTE

	GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL ANEXO II AO DECRETO Nº 36.601, de 10-04-96.	J	IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO	FOLHA
		NÚMERO		

ANÁLISE CONTÁBIL DA CAPACIDADE FINANCEIRA DE LICITANTE – ACF

A IDENTIFICAÇÃO DO EDITAL OU CARTA-CONVITE

CÓDIGO	NOME DO LICITADOR	NÚMERO	MODALID.	DATA
--------	-------------------	--------	----------	------

B IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE

CGC/MF:	ATIVIDADE PRINCIPAL	CNAE	SE
FIRMA/RAZÃO SOCIAL:	CNJ	CGC/TE	
ENDEREÇO (rua, avenida, praça, etc.)	NÚMERO	CONJ.	CEP
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL	TELEFONE		
BALANÇO APRESENTADO PERÍODO:	DATA DO BALANÇO ANUAL	Nº LIVRO DIÁRIO	Nº DO RJC

C IDENTIFICAÇÃO DO CONTADOR OU TÉCNICO EM CONTABILIDADE

NOME:	CP	Nº DO REGISTRO NO CRC	TELEFONE
ENDEREÇO (rua, avenida, praça, etc.)	NÚMERO	CONJ.	CEP

D IDENTIFICAÇÃO DA AUDITORIA

NOME:	Nº DO REGISTRO NO CRC
-------	-----------------------

E BALANÇO PATRIMONIAL REESTRUTURADO

CONTAS		Em R\$ Mil	F DEMONSTRAÇÃO DA ANÁLISE FINANCEIRA DO LICITANTE				
			ÍNDICE	VALOR	NOTA	PESO	NP
1	ATIVO CIRCULANTE AJUSTADO (ACA)		1	LIQUIDEZ CORRENTE			
2	PASSIVO CIRCULANTE (PC)						
3	ACA + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		2	LIQUIDEZ GERAL			
4	PC + PASSIVO A LONGO PRAZO						
5	ATIVO PERMANENTE		3	GRAU DE IMOBILIZAÇÃO			
6	PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO						
7	PASSIVO CIRCULANTE		4	ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO			
8	PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO						
9	PC + PASSIVO A LONGO PRAZO		5	ENDIVIDAMENTO GERAL			
10	PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO						
11	DESPESA ANTECIPADA		NFR	NOTA FINAL DA CAPACIDADE FINANCEIRA RELATIVA = $\frac{a}{NP}$			
12	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS						
13	CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO		G	RESULTADO DA ANÁLISE			
14	PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
15	CONSISTÊNCIA (vide instruções no verso)						

H IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO

NOME:	MATRÍCULA
-------	-----------

I DECLARAÇÃO E ASSINATURAS

O representante legal da empresa licitante e o contador ou técnico em contabilidade declaram, sob as penas da Lei, que as informações prestadas neste formulário são a expressão da verdade, bem como autorizam o licitador, por si ou por outrem e a qualquer tempo, examinar os livros e os documentos relativos à escrituração contábil, para confrontação dos dados aqui demonstrados.

LICITANTE	CONTADOR OU TÉCNICO EM CONTABILIDADE	LICITADOR
DATA:	DATA:	DATA:

ANEXO VII - SEGURO GARANTIA PARA CONSTRUÇÃO, FORNECIMENTO OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

1. Objeto:

1.1. Este contrato de seguro garante a indenização, até o valor da garantia fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador no contrato principal, para construção, fornecimento ou prestação de serviços.

1.2. Encontram-se também garantidos por este contrato de seguro os valores das multas e indenizações devidas à Administração Pública, tendo em vista o disposto na Lei nº 14.133/2021.

1.3. Poderá ainda ser contratada, com verba específica independente, a Cobertura Adicional de Ações Trabalhistas e Previdenciárias, conforme descrito no Capítulo III deste Anexo.

2. Definições:

2.1 Define-se, para efeito desta modalidade, além das definições constantes do art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021, a seguinte definição: – Prejuízo: perda pecuniária comprovada, excedente aos valores originários previstos para a execução do objeto do contrato principal, causada pelo inadimplemento do tomador, excluindo-se qualquer prejuízo decorrente de outro ramo de seguro, tais como responsabilidade civil, lucros cessantes.

3. Vigência:

3.1. A vigência da apólice será fixada de acordo com as seguintes regras:

I – coincidindo com o prazo previsto na cláusula da Garantia prevista na minuta de contrato de vigência do contrato administrativo pertinente à execução de obras, serviços e/ou compras, ou aquele definido no Edital;

II – por períodos renováveis, no caso de concessões e permissões do serviço público.

3.2. As renovações, a que se refere o inciso II do item 3.1, não se presumem, serão precedidas de notificação escrita da seguradora ao segurado e ao tomador, com antecedência de até noventa dias da data do término de vigência da apólice em vigor, declarando seu explícito interesse na manutenção da garantia.

4. Expectativa, Reclamação e Caracterização do Sinistro:

4.1. Expectativa: tão logo realizada a abertura do processo administrativo para apurar possível inadimplência do tomador, este deverá ser imediatamente notificado pelo segurado, indicando claramente os itens não cumpridos e concedendo-lhe prazo para regularização da inadimplência apontada, remetendo cópia da notificação para a seguradora, com o fito de comunicar e registrar a Expectativa de Sinistro.



4.2. Reclamação: a Expectativa de Sinistro será convertida em Reclamação, mediante comunicação pelo segurado à seguradora, da finalização dos procedimentos administrativos que comprovem o inadimplemento do tomador, data em que restará oficializada a Reclamação do Sinistro.

4.2.1. Para a Reclamação do Sinistro será necessária a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Cópia do contrato principal ou do documento em que constam as obrigações assumidas pelo tomador, seus anexos e aditivos se houver, devidamente assinados pelo segurado e pelo tomador;
- b) Cópia do processo administrativo que documentou a inadimplência do tomador;
- c) Cópias de atas, notificações, contra notificações, documentos, correspondências, inclusive e-mails, trocados entre o segurado e o tomador, relacionados à inadimplência do tomador;
- d) Planilha, relatório e/ou correspondências informando da existência de valores retidos; e) Planilha, relatório e/ou correspondências informando os valores dos prejuízos sofridos;

4.2.2. A não formalização da Reclamação do Sinistro tornará sem efeito a Expectativa do Sinistro;

4.3. Caracterização: quando a seguradora tiver recebido todos os documentos listados no item 4.3.1. e, após análise, ficar comprovada a inadimplência do tomador em relação às obrigações cobertas pela apólice, o sinistro ficará caracterizado, devendo a seguradora emitir o relatório final de regulação;

5. O seguro-garantia, ao ser apresentado, deve estar acompanhado por declaração ou certificado emitido pela Superintendência de Seguros Privados-SUSEP que comprove que a instituição financeira está apta a prestar esta modalidade de garantia.

6. Ratificação: Ratificam-se integralmente as disposições das Condições Gerais que não tenham sido alteradas pela presente Condição Especial.

(Local e data)

(Instituição garantidora)

(Assinaturas autorizadas)